

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Ensino da História e polarização ideológica](#)

O GLOBO - RJ

[Ensino em casa](#)

[Instituto ligado ao MEC apaga vídeos de esquerda](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Cresce procura por especialistas em inteligência artificial](#)

[Programas a distância ganham fôlego](#)

[Universidade corporativa se adapta aos novos tempos](#)

[Experiências no exterior dão impulso à carreira](#)

[Cresce interesse pelos MBAs que ensinam a fazer negócios na China](#)

[Mindfulness amplia presença em escolas](#)

[Bibliotecas corporativas colocam o conhecimento ao alcance da mão](#)

[Aumenta busca por qualificação em conformidade](#)

[Tecnologia permite participação intensa](#)

[Cientistas de dados têm forte apelo para as empresas](#)

[Programas de transformação](#)

[Prática para inovação é centrada em pessoas](#)

Imprensa Estadual

MEIO NORTE - PI

[Professora fica entre os 50 melhores do mundo](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Lista de espera e bolsa de estudo são opções para não selecionados no SiSU](#)

CORREIO POPULAR – SP

[Pobreza e educação](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Pobreza e educação](#)

O TEMPO - MG

[A ESCOLA PARA TODOS](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA CÂMARA

[Câmara analisa projeto que proíbe ensino à distância em curso da área de saúde](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Animais gigantes viviam em megapantanal na Amazônia](#)

[O ministro da educação acredita nos nossos alunos?](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Medida Provisória para regulamentar educação em casa foi feita por associação de ensino domiciliar](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

["Surfista de fim de semana" encontra no EAD ajuda na busca por cargo melhor](#)

[Sisu 2019/1: está aberto período de matrículas nas universidades](#)

BLOG DO LUÍS NASSIF

[Levando a sério a cobrança de mensalidades na pós-graduação](#)

CORREIO WEB

[Inep abre inscrições para seleção de tradutores](#)

DIÁRIO DO PODER

[Pesquisa da UnB estuda células inflamatórias para tratar obesidade](#)

JE ONLINE

CLIPPING



[Ciência da Computação do Campus Sorocaba da UFSCar oferece bolsa de pós-doutorado](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Preocupados com a melhora da qualidade de vida, pesquisadores brasileiros apostam em tecnologia](#)

[PUCRS lança portal com informações sobre pesquisadores e produção científica](#)

JUSTIFICANDO

[Entre Brumadinho e Mariana, o tempo do homem](#)

MINAS1

[Inep vai contratar tradutores de inglês, espanhol e francês](#)

PÁGINA RURAL

[SP: Apta e cinco Institutos de pesquisa têm novos diretores, diz SAA](#)

PORTAL BDO

[APTA e cinco Institutos de pesquisa têm novos diretores](#)

TRIBUNA DA BAHIA - BA

[Anísio Teixeira, o educador que muito fez pela educação](#)

G1

[Estudante do interior do RJ fica em 13º lugar na Olimpíada Brasileira de Matemática e se prepara para etapa internacional](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Governo diz que primeira MP sobre ensino domiciliar está pronta](#)

DIÁRIO DO AMAPÁ - AP

Bolsas

[Acadêmicos de pós-graduação recebem bolsas para desenvolver pesquisas no Amapá](#)

[A geração de pais educadores](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Educação: regredir ainda mais?](#)

Agências de notícias e sites

24 HORAS NEWS

[Inep vai contratar tradutores de inglês, espanhol e francês](#)

AQUI NOTÍCIAS

[Cachoeiro de Itapemirim terá cursos superiores inéditos e gratuitos](#)

FOLHA VITÓRIA

[Polo UAB terá dois cursos superiores inéditos em Cachoeiro](#)

G1

[UFPA abre edital para primeira turma de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo](#)

NOTÍCIAS AGRICOLAS

[APTA e cinco Institutos de pesquisa têm novos diretores](#)

R7

[Polo UAB terá dois cursos superiores inéditos em Cachoeiro](#)

G1

[No Sisu 2019, a nota mínima para passar em medicina sem cotas foi 769,73](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Começa o prazo para participar da lista de espera do Sisu](#)

[Sisu tem 1,8 milhão de estudantes inscritos](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Ensino da História e polarização ideológica

HISTORIADOR (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL) E-MAIL:

JPVELAS@FL.UC.PT

Em paralelo ao esforço manifestado nas últimas décadas pela historiografia, sobretudo nos Estados democráticos, de integrar novas categorias teóricas, novas metodologias e novos tipos de documentação, diversos historiadores, professores e estudiosos de didática da História defendem a legitimidade (ou mesmo a inevitabilidade) de utilizar a historiografia e o ensino da História para atuar de forma civicamente explícita.

Tal conduta, embora possível, implica um afastamento dos mais recentes pressupostos deontológicos e epistemológicos. Resulta numa negação da especificidade e da autonomia da ciência e da tecnologia em face da ideologia ou do senso comum e transforma a historiografia, a escola e o ensino da História em meros instrumentos de intervenção deliberadamente ideológica.

Desde revoluções liberais do século 19, uma das principais funções dos sistemas de pesquisa e de ensino em geral, e da historiografia e do ensino da História em particular, tem estado associada à formação para a cidadania. Há tempos esse objetivo vem sendo proclamado pelas grandes organizações internacionais, bem como por Parlamentos, governos e sociedade civil de regimes democráticos.

Assim como em outros países, no Brasil, desde a transição para a democracia, tornaram-se hegemônicas duas concepções de historiografia, de escola e de ensino da História: a “escola militante” e a “escola sem partido”. Ambas as correntes proclamam que a historiografia e outras ciências sociais, a escola e, nesta, o ensino da História devem veicular uma determinada visão de mundo, adjetivada como a única leitura verdadeira e justa.

Herdeiros do paradigma moderno e de valores de direita, os arautos da “escola sem partido” tendem a camuflar o respectivo pendor, sobretudo ideológico, por intermédio de mitemas como a objetividade e a neutralidade da ciência e da tecnologia, o caráter absoluto e definitivo do conhecimento decorrente da observação empírica da realidade e a indiscutibilidade das conclusões da ciência e das inerentes implicações em termos da gestão da natureza e da governança das sociedades humanas.

Influenciados pelo paradigma pós-moderno e por valores de esquerda, os construtores da “escola militante”, por sua vez, orgulham-se de sua abordagem ideológica. Proclamam que a justeza dos objetivos a atingir legitima as limitações autoimpostas durante os processos de elaboração e de divulgação do conhecimento, por meio de um enfoque maniqueísta e anacrônico. Confundem relatividade objetivante com relativismo subjetivista; denúncia do pendor tendencialmente totalitário das abordagens científicas, com propósitos de alienação e dominação por toda e qualquer tecnologia de matriz científica; inclusão de problemáticas antes ignoradas ou negligenciadas, com desvalorização condenatória das temáticas antes dominantes e hipervalorização laudatória de temáticas antes discriminadas.

Lembro, no entanto, a existência de outras perspectivas, nomeadamente da que poderia ser designada como “escola empenhada”. Associada ao paradigma neomoderno, propõe a possibilidade e as vantagens do esforço de construção de conhecimento científico – ou objetivante – acerca da realidade; as virtudes de um debate crítico entre saberes com características e propósitos diferentes; a necessidade de uma constante reflexão deontológica e epistemológica, teórica e metodológica no interior de cada área de saber;

o caráter simultaneamente científico e ideológico das tecnologias e das soluções tecnológicas em geral, da didática da História e do ensino da História em particular; a igual relevância social, bem como a igual viabilidade cognitiva, de todas as temáticas historiográficas.

Além do mais, duvido que a ideologia ou a propaganda – mesmo a que cada um de nós classifica como “boa ideologia” ou “boa propaganda” – seja o registro adequado à democracia e ao desenvolvimento, os quais dependem de uma sociedade capaz de analisar fenômenos complexos e lidar com a multiplicidade de perspectivas, valores e interesses. Nesse contexto, a aproximação da realidade é sempre mais útil do que qualquer leitura falsificadora da realidade.

Considero, pois, que a pesquisa historiográfica, a divulgação e o ensino das questões consideradas centrais e das tidas como periféricas podem gerar tanto polarização como, em sentido inverso, processos de efetiva consensualização. Dentre as questões muitas vezes tidas como importantes e indiscutíveis, refiro-me às ideologias e às instituições políticas, às relações diplomáticas e aos conflitos militares, às estruturas sociais e à atividade econômica, às elites e à cultura erudita. Quanto às temáticas por vezes descritas como irrelevantes e sectárias, saliento as visões de mundo e os comportamentos informais, a cultura material e as tecnologias, as concepções e práticas heterodoxas (dissidências políticas, heresias religiosas, vanguardas estéticas, prostituição, contrabando, criminalidade), as mulheres e os pobres, as classes trabalhadoras e as classes médias, os escravos e as minorias (nacionais, religiosas, étnicas, sexuais), as características de funcionamento de instituições e de organizações, a memória histórica.

Em conclusão, diria que um sistema de ensino sobretudo ideológico – tanto o da “escola sem partido” como o da “escola militante” –, no qual se produzem e divulgam discursos propositadamente impeditivos de um conhecimento o mais próximo possível da realidade, não contribui para o aprofundamento da democracia nem para a promoção do desenvolvimento. Em sentido contrário, a presença substancial de uma historiografia, de uma didática da História e de um ensino da História objetivantes (“escola empenhada”), com a caracterização e a análise científicas de todas as questões, contribuirá, no médio prazo, para o reforço do diálogo social.

Escola militante, escola sem partido ou outra perspectiva, como a escola empenhada?

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Ensino em casa

Associação de Educação Domiciliar é autora de Medida Provisória para liberar a prática

Anunciada como prioridade dos primeiros cem dias da gestão Bolsonaro, a permissão para pais substituírem a escola regular pelo ensino dos filhos em casa foi adotada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos por influência da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned). O diretor-jurídico da entidade, Alexandre Magno Fernandes Moreira, é secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Proteção Global do ministério desde o dia 14.

A adoção do modelo tem gerado preocupação na área educacional. Especialistas defendem que o ambiente escolar é fundamental para a formação integral da criança.

Moreira disse ontem ao GLOBO que o texto da Medida Provisória que o governo pretende enviar ao Congresso foi elaborado pela Aned, mas que ainda sofrerá modificações na Secretaria de Família e na Casa Civil. A redação inicial, segundo ele, é enxuta e traz como premissa o direito expresso de as famílias optarem pelo ensino domiciliar "a qualquer tempo" durante a educação básica, do ensino infantil ao médio.

A redação defende também a "igualdade de direitos" entre famílias que adotam o regime domiciliar e o escolar. O dispositivo é uma espécie de salvaguarda para que os praticantes da educação em casa possam se beneficiar de abatimento no Imposto de Renda decorrente de despesas escolares, como ocorre com as famílias que mantêm seus filhos em instituições particulares.

Outro objetivo da menção à igualdade de direitos é impedir que essas pessoas percam o benefício do Bolsa Família ou tenham problemas para começar a receber a transferência de renda. Hoje, é preciso provar que crianças e jovens estão matriculados e frequentando a escola para ter direito ao valor.

Há ainda a previsão de um registro público das famílias que adotam a prática, para facilitar a fiscalização. A redação sugerida não detalha qual órgão ficaria responsável por esse acompanhamento.

—A ideia é ter um texto enxuto, com espaço para que questões específicas sejam regulamentadas —diz Moreira, diretor-jurídico da Aned e secretário-adjunto da Secretaria de Proteção Global.

A primeira investida da Aned foi com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, que se mostrou simpático à ideia, no ano passado. Após a posse, em janeiro, a Aned se aproximou da equipe de Damara Alves, ministra da Família. A ideia passou a ser emplacar a pauta mais como um direito de liberdade das famílias e menos como uma questão de política educacional.

"FUNDAMENTALISMOS"

Para os defensores da prática, há urgência na aprovação da medida porque recentemente o Supremo Tribunal Federal "jogou as famílias na ilegalidade" ao decidir que só pode ser feita educação domiciliar quando houver regulamentação.

Entre argumentos como oferecer uma educação de maior qualidade e evitar episódios de bullying e violência, os adeptos do ensino em casa apontam a necessidade de preservar "princípios morais da família", conforme descreve o site da Aned. O ponto é justamente o que desperta a preocupação de educadores.

—O avanço dos fundamentalismos religiosos e morais pode formar crianças e adolescentes pouco críticos, e há casos sensíveis quando se pensa que o trabalho infantil é realizado em sua maior taxa em espaços domésticos. Como se garante que a criança está estudando? A escola acaba sendo um espaço de proteção social —afirma Andressa Pellanda, coordenadora de políticas educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

No portal da Aned há a informação de que cerca de 5 mil famílias praticam a educação domiciliar no país. O governo trabalha com um número bem mais alto, de 31 mil famílias.

Doutora em Psicologia Escolar, Luciene Tognetta refuta o argumento dos pais baseado na exposição ao bullying.

— Não consigo formar alguém para a convivência senão pela própria convivência — afirma a educadora, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (Gepem) da Unesp e Unicamp. — A melhor maneira de proteger um filho contra os problemas da escola é que haja formação de professores. Do ponto de vista político, a educação domiciliar pode ser uma estratégia de não ação para aquilo que dá trabalho e exige esforço de criação de políticas públicas.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Instituto ligado ao MEC apaga vídeos de esquerda

TV Ines, para surdos e comandada por órgão vinculado ao ministério, tira do ar programas sobre nomes como Marx e Jean Wyllys

Primeiro canal brasileiro para surdos, com programação em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e transmissão pela internet, a TV Ines se orgulha de ser "acessível sempre", como diz seu slogan. Isto é, a menos que o espectador esteja procurando por programas antigos sobre pensadores ou políticos "de esquerda", como Karl Marx e Jean Wyllys. Ligada ao Instituto Nacional de Educação para Surdos (Ines), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), a TV tirou do ar uma série de vídeos que abordavam personagens ou temas associados à esquerda, como informou a coluna de Ancelmo Gois ontem no GLOBO.

Entre os vídeos removidos tanto do site da TV Ines quanto de sua página no YouTube está uma entrevista do deputado federal Jean Wyllys ao programa "Café com Pimenta", que foi ao ar em dezembro de 2014 e havia tido 3.597 visualizações. Também sumiu um episódio do programa "Manuário" dedicado à vida de Karl Marx, que era apresentado como "um revolucionário pensador alemão que foi um dos redatores do manifesto comunista e fundador do marxismo". Publicado em dezembro de 2015, havia sido visto 5.940 vezes até ser tirado do ar.

Outros nomes ligados à esquerda, como Friedrich Engels, Antonio Gramsci e a brasileira Marilena Chaui, também foram expurgados da programação, segundo denúncias publicadas nas redes sociais. Uma delas foi postada por Odara Flores, estudante de pedagogia no Ines e representante dos alunos no Conselho Diretor do instituto.

"Com a notícia do exílio de Jean Wyllys, uma de nossas professoras se lembrou que ele já esteve em um programa de entrevistas para a TV Ines e, para sua surpresa, e de todos nós, descobriu que o programa estava indisponível" escreveu a estudante. "Começamos uma busca por conteúdos e descobrimos que muitos episódios do programa "Manuário, que falada vida e obra de teóricos conceituados no mundo todo, foram retirados da grade. Retirar um conteúdo que, por vezes, pode ser a única fonte de conhecimento que acesse diretamente a população surda em sua língua materna é algo tão grave que eu mal consigo mensurar", completou.

Procurada pelo GLOBO, a assessoria do Ines informou que a direção foi surpreendida pelo sumiço dos vídeos. "Não houve ordem da direção, ficamos sabendo disso no fim de semana, por terceiros que mandaram para nós pelas redes sociais. Fomos pegos de surpresa. Ontem, mandamos um ofício para a TV Ines para saber o que houve", afirmou a assessoria. Segundo ela, a TV pediu um prazo de três dias para dar explicações.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

Cresce procura por especialistas em inteligência artificial

Entre as que já entenderam o recado está o Serpro, que criou o Centro de Competência em Computação Cognitiva para disseminar conhecimento e apoiar a construção de novas soluções. Treinamentos em instituições como Sucesso Tecnologia e Informação e Data Science Academy (DSA), além do programa de fomento à pós-graduação em ciência de dados, treinamentos internos e reembolso de cursos on-line fornecem a sustentação técnica para o uso de IA em soluções como CNH Digital, a tecnologia de validação de dados Data Valid e o chatbot da Receita Federal, aponta a presidente do Serpro Glória Guimarães.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6095693/cresce-procura-por-especialistas-em-inteligencia-artificial>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

Programas a distância ganham fôlego

Os números são claros e indicam que a busca por conhecimento a distância tanto na graduação quanto na especialização universitária é um caminho sem volta. Levantamento feito pelo Ministério da Educação revela que a educação a distância (EAD) elevou em 290% o número de matrículas na última década (considerando todos os cursos do gênero).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6095679/programas-distancia-ganham-folego>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

Universidade corporativa se adapta aos novos tempos

Nascidas na década de 1970 nos Estados Unidos, as universidades corporativas desembarcaram no Brasil nos anos 90. Naquela primeira década, eram apenas dez em atuação. Mas, nos anos 2000, chegaram a 250 e hoje ocupam papel de destaque na formação de executivos, até mesmo nas médias empresas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6095665/universidade-corporativa-se-adapta-aos-novos-tempos>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

Experiências no exterior dão impulso à carreira

Os MBAs executivos que oferecem experiências no exterior potencializam a capacidade de liderança e ajudam os profissionais a alçar voos mais altos na carreira. Foi assim que aconteceu com Fernando Lopes Alberto, 50 anos, médico especializado em genoma do câncer. Há 11 anos, ele decidiu fazer uma transição profissional e conseguiu migrar da

área de diagnóstico molecular do Laboratório Fleury para o setor de gestão de projetos de tecnologia da informação (TI).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6095675/experiencias-no-exterior-dao-impulso-carreira>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

Cresce interesse pelos MBAs que ensinam a fazer negócios na China

Fazer um MBA executivo ou um módulo do curso na China ajuda a dar brilho a qualquer currículo. Para Irene Azevedo, diretora da consultoria de recursos humanos LHH, mais executivos estão fazendo especializações no país para entender, de perto, o avanço da economia chinesa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6095677/cresce-interesse-pelos-mbas-que-ensinam-fazer-negocios-na-china>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

Mindfulness amplia presença em escolas

No Brasil, o master in business innovation (MBI), curso da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com 460 horas de duração e início em fevereiro, também propõe uma jornada de auto conhecimento logo no primeiro módulo. Para isso, os alunos passam por temas como mindfulness, comunicação não violenta, inteligência emocional e psicologia.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6095671/mindfulness-amplia-presenca-em-escolas>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

Bibliotecas corporativas colocam o conhecimento ao alcance da mão

Além de uma sólida grade de oportunidades para estimular o desenvolvimento intelectual dos seus colaboradores – programas de mentoring para gestores, pós-graduação, MBA e cursos de leadership no exterior -, a Network1 reconheceu na implantação de uma biblioteca corporativa, hoje com cerca de 400 livros, “mais uma ferramenta de capacitação e retenção de talentos”, garante Santiago Neto.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6095669/bibliotecas-corporativas-colocam-o-conhecimento-ao-alcance-da-mao>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

Aumenta busca por qualificação em conformidade

Foi o que aconteceu na Fundação Instituto de Administração (FIA). A oferta inclui MBAs de 600 horas aula e cursos de rápida duração, de 64 horas. Segundo a coordenadora Fábria Cunha, a chegada de mais leis sobre o assunto contribuiu para o aumento da variedade dos conteúdos. A quantidade de estudantes passou de 20, na primeira pós-graduação criada sobre o tema, em 2008, para 500 inscritos hoje, distribuídos em aulas de diferentes formatos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6095661/aumenta-busca-por-qualificacao-em-conformidade>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

Tecnologia permite participação intensa

A Estácio foi uma das pioneiras na oferta de cursos de educação a distância. São mais de cem entre graduação e pós-graduação. Este ano promete mais. A ideia é expandir o acesso ao ensino EAD para regiões distantes dos grandes centros. "Já mapeamos mais de 1.500 municípios que podem receber polos para apoio físico dos alunos, com laboratórios e infraestrutura para aulas práticas", destaca Pistore.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6095683/tecnologia-permite-participacao-intensa>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

Cientistas de dados têm forte apelo para as empresas

Como não existe uma graduação na área, os profissionais podem ter diferentes formações. Entre as mais procuradas por empregadores na plataforma de recrutamento digital Revelo estão ciências da computação, sistemas de informação e análise e desenvolvimento de sistemas. Com o aumento da demanda por cientistas de dados, diversas escolas passaram a oferecer cursos de extensão, pós-graduação e MBA na área.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6095685/cientistas-de-dados-tem-forte-apelo-para-empresas>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

Programas de transformação

A PUC-RJ acrescentou a pós-graduação lato sensu master in digital transformation a outras iniciativas do departamento de informática, como o programa de inovação tecnológica (PIT) em parceria com empresas, que já envolve 97 bolsistas em áreas como seguros (com Mongeral e IRB) e entretenimento (com Globo). A primeira turma começa em agosto. "Os participantes serão distribuídos em grupos com mentoria multidisciplinar, para tocar projetos e experimentar tecnologias", adianta o coordenador do Laboratório de Engenharia de Software (LES), Gustavo Robichez de Carvalho.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6095691/programas-de-transformacao>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

Prática para inovação é centrada em pessoas

Marcelo Pimenta, professor de "design thinking" na pós-graduação da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Na escola, a disciplina é dada de maneira transversal em diferentes cursos independentes, na graduação e na pós-graduação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6095667/pratica-para-inovacao-e-centrada-em-pessoas>

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Professora fica entre os 50 melhores do mundo

Docente há 14 anos na rede pública de ensino de São Paulo, Débora Garofalo é finalista do prêmio internacional Global Teacher Prize. Ela é bolsista da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, e é a primeira brasileira entre os 50 melhores professores do mundo. Atualmente, a premiação alcança professores de 120 países e a cerimônia de entrega ocorrerá em Dubai, nos Emirados Árabes, no mês de março.

Para investigar as práticas de letramento na sala de aula de maneira convencional e na Web, com foco na pesquisa sobre quais aspectos o ambiente escolar forma alunos leitores, Débora busca no mestrado a mudança de um paradigma no ensino-aprendizagem de leitura. A professora explica ser importante que os alunos, principalmente de educação básica, consigam ler e compreender os textos de forma autônoma.

“O método predominante nas escolas é a prática monológica de leitura, algo que perdeu efetividade com a chegada dos avanços tecnológicos”, ressalta Débora. No seu entendimento, é necessário considerar não apenas enunciados de textos e compreensões parciais, mas também os leitores, suas vozes e, sobretudo, que essa prática possa ser dialógica. “Temos estimativas sobre a crise da aprendizagem pelo Banco Mundial com dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) que relatam estas dificuldades, além da falta de interesse e comprometimento com seus estudos.

Por isso, é essencial rever as práticas e o fazer pedagógico em busca de um ambiente escolar significativo e envolvente”, afirma a professora. Débora foi indicada ao prêmio pelo trabalho desenvolvido com os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Almirante Ary Palmeiras, em São Paulo, onde – de forma interdisciplinar – trabalhou o incentivo à leitura (gêneros digitais e animações em stop motion).

No projeto, a professora também usou programação e robótica com sucata, ação que retirou mais de uma tonelada de lixo das ruas da cidade. Segundo Débora Garofalo, a inovação, criatividade, inventividade, pensamento crítico e científico foram explorados, com aumento das notas dos alunos e diminuição da evasão escolar.

[topo](#)

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Lista de espera e bolsa de estudo são opções para não selecionados no SiSU Bolsas do Prouni e do Educa Mais Brasil ofertam descontos na mensalidade da graduação

O resultado do Sistema de Seleção Unificada (SiSU 2019.1) foi divulgado nesta segunda-feira (28), com o objetivo de preencher 235 mil vagas para o ensino superior em instituições públicas do país. Em geral, milhões de estudantes participam do processo seletivo e, por não serem selecionados, precisam pensar em alternativas para começar a graduação em 2019. A opção é entrar para lista de espera ou tentar bolsas de estudo ofertadas oferecidas pelo Governo Federal e programas de instituições privadas, como o Educa Mais Brasil.

Ontem (29), o Ministério da Educação (MEC) iniciou o período de inscrição para lista de espera do SiSU 2019. Apenas estudantes que não foram selecionados nas opções cadastradas poderão manifestar interesse até o dia 05 de fevereiro. Neste caso, é

possível escolher participar das vagas da 1ª ou da 2ª opção.

Os selecionados na lista serão convocados a partir de 07 de fevereiro, pelas próprias Instituições de Ensino Superior (IES), para apresentação de documentos e matrícula em dias, locais e horários especificados em editais próprios.

Bolsas de estudo: Prouni e Educa mais Brasil

Entre as bolsas de estudo disponibilizadas para o primeiro semestre de 2019, as principais opções são o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Educa Mais Brasil, que dispõem de vagas em todo o território nacional. E qual é a diferença entre ambos?

O Prouni é um programa de acesso ao ensino superior criado pelo Governo Federal para oferecer descontos na mensalidade dos cursos não-gratuitos. Para participar do Prouni 2019 é preciso ter estudado em escola pública ou ter sido bolsista integral em escolas particulares; realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018, com nota mínima de 450 pontos e maior do que zero na redação.

A seleção também leva em consideração critérios financeiros: até 1,5 salário mínimo para as bolsas integrais (100%) e até 3 salários mínimos para bolsa parcial (50%). Pessoas deficientes e professores da educação básica na rede pública de ensino também podem participar. As inscrições estarão abertas a partir de 31 de janeiro, no site do Prouni.

No caso das bolsas de estudo do Educa Mais Brasil, não há restrição de renda ou de perfil do estudante para a contratação. Os contratantes podem escolher bolsas de até 70%. São disponibilizadas mais de 400 mil vagas para o ensino superior em parceria com o CORREIO. No primeiro semestre deste ano, e as matrículas para 2019 já estão abertas.

topo 

CORREIO POPULAR – SP - OPINIÃO

Pobreza e educação

O Brasil ainda é um país pobre. Pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil está na posição 79 entre 171 países. Dividindo a produção nacional pela população, o produto por habitante aqui equivale a um quinto do que é nos Estados Unidos. A explicação sobre por que um país se desenvolve e outro se mantém no atraso e na pobreza, ainda que em condições naturais parecidas, não é simples nem é fácil. Um desafio da ciência econômica tem sido formular uma teoria que consiga explicar as bases e as leis do desenvolvimento econômico.

Até a Revolução Industrial (1750-1830), a sobrevivência humana era retirada da terra e dos recursos naturais, e as obras do pensamento explicavam a produção de riqueza basicamente a partir da contribuição da natureza. Até então, não havia crescimento do produto por habitante, todo crescimento advinha do crescimento da população. Após o surgimento do motor a vapor, do trem de ferro e das máquinas industriais, os estudiosos começaram a examinar a contribuição dos bens de capital na produção e na produtividade hora do trabalho.

A segunda revolução industrial moderna (1870-1900) nos deu o motor a combustão

interna, a indústria do petróleo e a eletricidade, fez a produtividade explodir e gerou o assombroso crescimento econômico dos países que adotaram as novas tecnologias e o novo modo de produção. Foi por volta da metade do século 19 que surgiu o conceito de subdesenvolvimento, para identificar as nações que miravam o novo padrão de consumo, não conseguiam assimilar o novo modo de produção e tinham padrão de bem-estar aquém do alcançado pelas nações adiantadas.

Com o prosseguimento do progresso da ciência e da tecnologia a partir dos anos 1900, o processo produtivo começou a demandar trabalhadores mais qualificados, e foi necessário aumentar a abrangência da educação básica e do treinamento profissional. Nos anos 1950, foram aprofundados os estudos sobre a contribuição da educação para o aumento da produtividade e para o crescimento econômico. Foi quando se descobriu que o fator educação passou a contribuir mais para a produtividade do que os recursos materiais.

De lá para cá, todos os países que se desenvolveram e desfrutaram de elevado padrão de vida investiram pesadamente na educação básica, em primeiro lugar, e na educação profissional superior, na sequência. Quando eu era estudante do curso de Ciências Econômicas, ouvi discursos de professores que, embora eu fosse inexperiente, me pareciam muito estranhos. Eles diziam que a universidade não devia educar para o mercado, pois isso seria mercantilizar a educação, mas sim formar cidadãos críticos e reflexivos. Eu, que tinha o objetivo de adquirir uma profissão e me qualificar para progredir na carreira e no salário, certo dia confrontei um professor que demonizava o mercado, dizendo-lhe: o mercado nada mais é do que o encontro de alguém com uma necessidade com alguém que tem a solução; de um homem com fome com outro que produz feijão; de uma pessoa com inflamação no corpo com outro que sabe curar.

Ora, se meu curso não me habilitar a ser bom profissional, ele não me serve frente à minha maior carência: fugir da pobreza. Atualmente, a superação da pobreza depende de elevado nível de educação básica, boa formação profissional obtida em curso superior ou técnico, além da atualização constante diante da evolução da ciência e da tecnologia. Isso vale para o indivíduo e vale para a nação. Apesar das dificuldades na elaboração de uma teoria completa sobre as causas do desenvolvimento, o mundo já conhece os fatores essenciais do progresso material e do bem-estar que dele decorre.

A educação não é o único fator a determinar o desenvolvimento, mas é o principal. Há outros fatores, como os naturais, os sociais, os políticos e o sistema econômico. É claro também que a educação tem o papel de educar o indivíduo para a cidadania, que é a maneira como nos relacionamos com a natureza, o meio ambiente, os semelhantes e a sociedade, mas o papel inicial e essencial da educação, especialmente a superior, é prover o estudante de uma profissão para ser bem-sucedido em mundo complexo e de mudanças constantes.

José Pio Martins, economista, é reitor da Universidade Positivo

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO

Pobreza e educação

Todos os países que se desenvolveram e desfrutaram de elevado padrão de vida investiram pesadamente na educação básica

José Pio Martins

Economista e reitor da Universidade Positivo

Brasil ainda é um país pobre. Pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil está na posição 79 entre 171 países. Dividindo a produção nacional pela população, o produto por habitante aqui equivale a um quinto do que é nos Estados Unidos. A explicação sobre por que um país se desenvolve e outro se mantém no atraso e na pobreza, ainda que em condições naturais parecidas, não é simples e nem é fácil. Um desafio da ciência econômica tem sido formular uma teoria que consiga explicar as bases e as leis do desenvolvimento econômico.

Até a Revolução Industrial (1750-1830), a sobrevivência humana era retirada da terra e dos recursos naturais, e as obras do pensamento explicavam a produção de riqueza basicamente a partir da contribuição da natureza. Até então, não havia crescimento do produto por habitante, todo crescimento advinha do crescimento da população. Após o surgimento do motor a vapor, do trem de ferro e das máquinas industriais, os estudiosos começaram a examinar a contribuição dos bens de capital na produção e na produtividade-hora do trabalho.

A segunda revolução industrial moderna (1870-1900) nos deu o motor a combustão interna, a indústria do petróleo e a eletricidade, fez a produtividade explodir e gerou o assombroso crescimento econômico dos países que adotaram as novas tecnologias e o novo modo de produção. Foi por volta da metade do século 19 que surgiu o conceito de subdesenvolvimento, para identificar as nações que miravam o novo padrão de consumo, não conseguiam assimilar o novo modo de produção e tinham padrão de bem-estar aquém do alcançado pelas nações adiantadas.

Com o prosseguimento do progresso da ciência e da tecnologia, a partir dos anos 1900, o processo produtivo começou a demandar trabalhadores mais qualificados, e foi necessário aumentar a abrangência da educação básica e do treinamento profissional. Nos anos 1950, foram aprofundados os estudos sobre a contribuição da educação para o aumento da produtividade e para o crescimento econômico. Foi quando se descobriu que o fator educação passou a contribuir mais para a produtividade do que os recursos materiais.

De lá para cá, todos os países que se desenvolveram e desfrutaram de elevado padrão de vida investiram pesadamente na educação básica, em primeiro lugar, e na educação profissional superior, na sequência. Quando eu era estudante do curso de ciências econômicas, ouvi discursos de professores que, embora eu fosse inexperiente, me pareciam muito estranhos. Eles diziam que a universidade não devia educar para o mercado, pois isso seria mercantilizar a educação, mas sim formar cidadãos críticos e reflexivos.

Eu, que tinha o objetivo de adquirir uma profissão e me qualificar para progredir na carreira e no salário, certo dia confrontei um professor que demonizava o mercado, dizendo-lhe: o mercado nada mais é do que o encontro de alguém com uma necessidade com alguém que tem a solução; de um homem com fome com outro que produz feijão; de uma pessoa com inflamação no corpo com outro que sabe curar. Ora, se meu curso não me habilitar a ser bom profissional, ele não me serve frente à minha maior carência:

fugir da pobreza.

Atualmente, a superação da pobreza depende de elevado nível de educação básica, boa formação profissional obtida em curso superior ou técnico, além da atualização constante diante da evolução da ciência e da tecnologia. Isso vale para o indivíduo e vale para a nação. Apesar das dificuldades na elaboração de uma teoria completa sobre as causas do desenvolvimento, o mundo já conhece os fatores essenciais do progresso material e do bem-estar que dele decorre.

A educação não é o único fator a determinar o desenvolvimento, mas é o principal. Há outros fatores, como os naturais, os sociais, os políticos e o sistema econômico. É claro, também, que a educação tem o papel de educar o indivíduo para a cidadania, que é a maneira como nos relacionamos com a natureza, o meio ambiente, os semelhantes e a sociedade, mas o papel inicial e essencial da educação, especialmente a superior, é prover o estudante de uma profissão para ser bem-sucedido em um mundo complexo e de mudanças constantes.

topo ↕

O TEMPO - MG - EDITORIAL A ESCOLA PARA TODOS

O governo mineiro estaria considerando a possibilidade de adotar o modelo cívico-militar em escolas estaduais com baixo índice educacional e elevada taxa de violência social. O Estado já conta com esse modelo em 30 unidades do Colégio Tiradentes, administrado pela Polícia Militar mineira. A proposta teve origem com a assunção do presidente Bolsonaro, que determinou a criação de uma secretaria de fomento às escolas cívico-militares.

O sistema existente é constituído de 13 unidades, que oferecem o ensino fundamental e médio em vários Estados, sendo dois em Minas Gerais. Os colégios militares são reconhecidos pela alta qualidade do ensino. Foram criados e destinam-se a atender preferencialmente os filhos de militares, que se submetem a uma seleção rigorosa para serem admitidos. Aceitam também filhos de civis, que, para terem acesso, passam pelo mesmo escrutínio.

Nos dois casos, sejam os mantidos pelo Exército, sejam os mantidos pela PMMG, eles recebem investimentos que outros estabelecimentos não têm. Além disso, pela seleção que promovem, escolhem os alunos com melhores possibilidades de se desenvolverem intelectualmente e darem melhores respostas. Não podem ser comparados, portanto, com a maioria das escolas estaduais e municipais, que recebem alunos de todas as classes sociais.

Enquadrar essas escolas no sistema de escolas militares pode ser considerada, talvez, uma violência, já que a intervenção poderá ser interpretada como repressão. Educação básica deveria ser competência da União, oferecendo ensino de qualidade e igualitário a todos os brasileiros, sem distinção. Como está implantado, o sistema atual fomenta a desigualdade social, pelo tratamento diferenciado que oferta ao alunado. Isso se refletirá no ingresso na universidade. Como não se cansa de dizer o professor Christovam Buarque, o Estado deve oferecer a mesma educação de qualidade ao filho do rico e ao filho do pobre.

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Câmara analisa projeto que proíbe ensino à distância em curso da área de saúde

Existem atualmente 231 cursos à distância de saúde credenciados no Ministério da Educação, nas áreas de educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, gestão hospitalar. Uma proposta que tramita na Câmara dos Deputados quer suspender o decreto presidencial, de 2017 (9.057/17), que aumentou o acesso ao ensino superior, mas que, na visão de profissionais e parlamentares, flexibilizou demais as regras para a educação a distância, conhecida pela sigla EAD.

A ideia da proposta é proibir a autorização e o reconhecimento dos cursos de graduação na área da saúde que sejam ministrados na modalidade EAD (PL 1721/17 apensado ao PL 5414/16. Para a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), autora do projeto, essa abertura para cursos de saúde à distância representa um risco para a saúde pública.

"Por que como formar um enfermeiro à distância? Se ele é um profissional de cabeceira de leito. Você vai formar de maneira precária, sem contato humano, curso de saúde é vida, então não é possível sem laboratórios, sem o paciente a sua frente, sem os estágios, sem o hospital universitário você forme profissionais."

Atualmente, os cursos à distância precisam cumprir normas estabelecidas pelas diretrizes curriculares nacionais de cada curso, os deputados ainda não decidiram cancelar o decreto que autoriza cursos à distância na área de saúde, mas a Comissão de Educação aprovou que as diretrizes da área de saúde sejam revistas em dois anos.

O projeto de lei que proíbe o ensino à distância em curso da área de saúde aguarda análise na Comissão de Seguridade Social e Família.

[topo](#)

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Animais gigantes viviam em megapantanal na Amazônia

Sistema Pebas teria existido entre 23 milhões e 10 milhões de anos atrás

Terra de gigantes. Esta é a melhor definição para o lago Pebas, o megapantanal que existia no oeste da Amazônia durante o Mioceno, período que se estendeu de 23 milhões a 5,3 milhões de anos atrás.

O Pebas foi o lar do maior jacaré e do maior crocodiliano gavial de que se tem notícia, ambos com mais de 10 metros de comprimento, e da maior das tartarugas, cujo casco media 3,5 metros de diâmetro. Sem mencionar roedores do tamanho dos búfalos atuais.

Vestígios daquele antigo bioma estão espalhados por mais de 1 milhão de quilômetros quadrados, divididos entre Bolívia, Acre, oeste do Amazonas, Peru, Colômbia e Venezuela. As datações mais antigas, feitas na Venezuela, dão conta de que o lago Pebas existia há 18 milhões de anos.

Entretanto, acreditava-se que o megapantanal teria secado há mais de 10 milhões de anos, antes da reversão do curso do rio Amazonas, que na maior parte do Mioceno corria de leste a oeste, portanto no sentido contrário do curso atual. Com o esgotamento do Pebas, os grandes animais desapareceram.

Investigando sedimentos provenientes de dois sítios paleontológicos dos rios Acre e Purus, associados a fósseis de vertebrados, o biólogo Marcos César Bissaro Júnior, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São

Paulo (FFCLRP-USP), obteve datações de ao menos 8,5 milhões de anos, com uma margem de erro de 500 mil anos para mais ou para menos.

Há 8,5 milhões de anos, há indícios de que o Amazonas já corria na direção atual, indo dos Andes peruanos em direção ao Atlântico. Àquela altura, o Pebas não deveria lembrar mais o magnífico pântano de outrora. Deveria parecer uma planície inundável, à semelhança do atual pantanal mato-grossense. Esta é a opinião de Annie Schmaltz Hsiou, professora do Departamento de Biologia da FFCLRP-USP e supervisora do trabalho de Bissaro Júnior, cujos resultados foram publicados na revista *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*.

O estudo contou com apoio da Fapesp e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Participaram pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria, do Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), da Universidade Federal do Acre e da Boise State University, nos Estados Unidos.

Dá-se o nome de sistema Pebas à associação dos registros de diversas formações geológicas existentes na Amazônia ocidental. São elas a formação Pebas e Fitzcarrald no Peru e no Brasil, a formação Solimões no Brasil, as formações Urumaco e Socorro na Venezuela, a formação La Venta na Colômbia e a Quebrada Honda na Bolívia.

"Embora a Formação Solimões seja uma das unidades estratigráficas do período Neógeno com fósseis de melhor amostragem do norte da América do Sul, as suposições sobre a idade de deposição em território brasileiro foram baseadas, em grande parte, a partir de métodos indiretos", disse Bissaro Júnior.

"A ausência de idades absolutas dificulta interpretações mais refinadas sobre os paleoambientes e a paleoecologia das associações faunísticas ali encontradas e não permite responder a algumas questões fundamentais importantes, como se essas camadas foram depositadas antes da formação do proto-Amazonas ou quando esse já havia se formado", disse.

Para ajudar a responder a essas e outras questões, Bissaro Júnior apresenta em seu trabalho a primeira geocronologia (por amostras do mineral zircão) da Formação Solimões. As amostras foram coletadas em dois dos sítios paleontológicos mais bem amostrados da região, nas localidades de Niterói, no rio Acre (município de Senador Guiomar), e Talismã, no rio Purus (município de Manuel Urbano).

No sítio Niterói foram encontrados, a partir dos anos 1980, muitos fósseis do Mioceno, entre crocodilianos, peixes, roedores, tartarugas, aves e mamíferos xenartros (preguiças terrestres). Em Talismã, a partir do fim dos anos 1980, foram achados restos miocênicos de crocodilianos, de serpentes, roedores, primatas, preguiças e ungulados sul-americanos extintos (litopternas).

Como resultado das datações, Bissaro Júnior descobriu que as rochas do sítio Niterói têm, como idade máxima de deposição, cerca de 8,5 milhões de anos e as rochas de Talismã, cerca de 10,9 milhões de anos.

"Com base em dissimilaridades faunísticas e diferenças máximas de idade entre as duas

localidades, sugerimos que Talismã é mais antigo que Niterói, mas ressaltamos a necessidade de novas datações absolutas para testar essa hipótese, bem como os esforços de datação de outras localidades da Formação Solimões”, disse Bissaro Júnior.

A formação do lago Pebas foi decorrência do soerguimento dos terrenos da protobacia amazônica. Isso se deu em função da elevação dos Andes, que acelerou a partir de 20 milhões de anos atrás. Naquela época, a Amazônia ocidental era banhada pelas bacias do Amazonas (que corria em direção ao Caribe) e do rio Magdalena, na Colômbia. A elevação dos Andes, no que são hoje o Peru e a Colômbia, acabou por interromper o fluxo de água em direção ao Pacífico, que acabou empocando na altura da Amazônia ocidental, dando origem ao megapântano.

Mas os Andes continuaram subindo. O contínuo soerguimento dos terrenos da Amazônia teve dois efeitos. O proto-Amazonas, antes represado no lago Pebas, inverteu seu curso, tornando-se o majestoso rio que conhecemos. Ao longo desse processo, as águas do megapântano Pebas foram escoando.

O antigo pantanal viria a se tornar uma planície alagada, repleta de bichos imensos, que ainda existia há 8,5 milhões de anos, segundo as novas datações de Bissaro Júnior. Eventualmente, as irrefreáveis forças geológicas acabaram por escoar as águas do que restava de lagoas e lagos temporários na Amazônia ocidental. Foi o fim do Pebas e de sua fauna.

“O problema da datação do Pebas sempre foi associar as datações diretamente à fauna de vertebrados. Existem inúmeras datações de rochas onde se acharam fósseis de invertebrados. Mas conseguir datar, no Brasil, rochas com vertebrados era um dos nossos objetivos”, disse Schmaltz Hsiou.

Segundo a professora, as novas datações dão condições de sugerir que o Sistema Pebas, do grande pantanal, teria existido entre 23 milhões e 10 milhões de anos atrás. Esse deu lugar ao chamado Sistema Acre, a grande planície de inundação que existiu entre 10 milhões e 7 milhões de anos atrás, onde ainda viviam répteis como o Purussaurus e o Mourasuchus.

“O Sistema Acre devia ser um bioma semelhante ao da Venezuela da mesma época, formado por lagunas ao redor do delta de um grande rio, que seria o proto-Orinoco”, disse Schmaltz Hsiou.

Os roedores compõem um grupo de mamíferos extremamente diversificado que habita todos os continentes, com exceção da Antártica. Na Amazônia, o grupo conta com grande número de espécies.

“Particularmente, um grupo de roedores conhecido cientificamente como Caviomorpha chegou ao nosso continente há cerca de 41 milhões de anos, vindos da África”, disse outro autor do artigo publicado na *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, Leonardo Kerber, do Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia (Cappa) da Universidade Federal de Santa Maria.

“Nesse período, conhecido como Eoceno, a África e a América do Sul já estavam totalmente separadas por pelo menos 1.000 km de extensão entre os pontos mais

próximos de ambos continentes, o que inviabilizaria as conexões biogeográficas para que os vertebrados terrestres pudessem migrar entre as duas massas de terra. Entretanto, as correntes oceânicas propiciaram a dispersão oceânica por meio de balsas flutuantes naturais formadas por aglomerado de troncos e galhos derrubados em rios por tempestades, que acabam por desembocar no mar. Essas balsas flutuantes eventualmente carregam pequenos vertebrados. Um evento como este pode ter favorecido a travessia de pequenos mamíferos, como os macacos Platyrrhini e também pequenos roedores que dariam origem a um dos mais emblemáticos grupos de mamíferos sul-americanos, os roedores caviomorfos”, disse.

Segundo Kerber, desde que chegaram ao continente, os roedores caviomorfos passaram por um longo período de evolução o que fez com que se tornassem extremamente diversificados. Atualmente, os representantes desse grupo encontrados no Brasil são as pacas, cutias, preás, porcos-espinhos, ratos-espinhos e a capivara, o maior roedor do mundo.

“Particularmente na Amazônia, hoje encontramos uma grande diversidade de ratos-espinhos e porcos-espinhos ou ouriços, além de cutias e pacas. Entretanto, no Mioceno, a fauna da região amazônica era bastante diferente daquela que podemos observar atualmente”, disse Kerber.

“Nos últimos anos, além de termos comunicado a presença de diversos fósseis de espécies já conhecidas pela ciência, algumas que já haviam sido registradas na Formação Solimões e outras conhecidas para outras regiões da América do Sul, e registradas ali pela primeira vez, descrevemos três espécies novas de roedores de médio porte (*Potamarchus adamae*, *Pseudopotamarchus villanuevai* e *Ferigolomys pacarana* —*Dinomyidae*), que possuem uma relação de parentesco com a pacarana”, disse.

Kerber conta que em artigo que será publicado em breve no *Journal of Vertebrate Paleontology* a espécie *Neopiblema acreensis*, um roedor neopiblemídeo endêmico do Mioceno do Brasil que pesava cerca de 120 quilos, foi reconhecida como uma espécie válida.

“A espécie foi descrita em 1990, mas havia sido considerada inválida ao final da mesma década. Esses registros, tanto das espécies já conhecidas como também das espécies novas, auxiliam a entender como a vida evoluiu naquela região, mostrando como a biodiversidade evoluiu e também se extinguiu ao longo dos últimos milhões de anos”, disse Kerber.

Agência Fapesp

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

O ministro da educação acredita nos nossos alunos?

Declaração sobre universidades pode ter um efeito terrível sobre a educação básica

O Jardim Boa Vista é um bairro de classe média baixa em Caieiras, na Grande São Paulo. Foi o lugar em que cresci durante os anos 1990. Nós fazíamos festa para celebrar a chegada do asfalto (não é legal jogar futebol sobre paralelepípedos) e sonhávamos com o dia em que o esgoto não correria mais pela sarjeta, empestando o verão (e as nossas bolas de futebol).

Era um bairro de migrantes nordestinos, geralmente do Piauí, e de meia dúzia de

descendentes de italianos, quase todos ex-agricultores. Era um mundo povoado por pedreiros, donas de casa, empregadas domésticas, serralheiros. E era um planeta quase intocado pelo ensino superior, com uma exceção: a minha casa.

Da minha turma de amigos, nenhum foi para a universidade. Daquela turma que passava as tardes empinando pipa e fazendo guerra de mamona com estilingue, fui o único que concluiu o ensino superior. Os meus melhores amigos de duas décadas viraram seguranças de supermercado, motoristas de ônibus. Alguns tiveram filhos muito cedo, e as crianças estão seguindo o mesmo caminho dos pais e avós. É um ciclo que parece inquebrável. As pessoas chegam, no máximo, ao ensino médio. A prioridade é trabalhar o quanto antes.

“Ah, Leandro, para com isso. Eles escolheram esse caminho, é direito deles. Você está sendo preconceituoso!” Sim, é um jeito de ver a situação. Porém, deixe eu continuar, não desista ainda. Minha questão não é o trabalho manual, extremamente importante. A minha questão é a falta de escolhas.

Um dos meus amigos sonhava em ser advogado. O outro queria ser engenheiro para desenvolver novos tipos de ônibus. Era tão obcecado com o assunto que passou a adolescência desenhando coletivos. O máximo que chegou perto do sonho foi virar motorista dos coletivos da cidade. Naquele caldo de esperanças frustradas, álcool e depressão são fatos da natureza.

Obviamente, muitos fatores influenciam as trajetórias de cada pessoa. Como diz uma velha frase, um indivíduo é sempre mais misterioso do que uma multidão. Porém, nunca nos enganemos, há alguns padrões que se repetem e influenciam a vida de milhares de pessoas. Em educação, um deles se chama altas expectativas.

Como explica o pesquisador Ernesto Faria, do Iede (Interdisciplinariedade e Evidências no Debate Educacional), há uma relação muito forte entre a crença dos professores no potencial dos estudantes e o quão longe estes alunos vão avançar. Neste texto para a Nova Escola, Ernesto resgata o trabalho dos psicólogos Robert Rosenthal e Lenore Jacobson sobre o efeito Pigmeleão.

Na mitologia grega, Pigmeleão é um escultor que se apaixona pela própria obra — consegue até transformá-la em gente graças a uma oferta à deusa Afrodite. Nas salas de aula, Rosenthal e Jacobson mostraram que professores são cruciais para a motivação dos alunos.

“No estudo, um grupo de alunos de uma escola da Califórnia fez um teste de QI no início e ao final do ano. No início, os professores foram informados de que um grupo de alunos estava prestes a ter um período de rápido crescimento intelectual, quando, na verdade, o resultado deles havia sido semelhante ao dos demais. Ao final do ano letivo, porém, os alunos que os professores acreditaram que tinham desempenho potencial acima da média, de fato, se sobressaíram”, conta Ernesto. É como uma profecia que se autorealiza.

As altas expectativas, sozinhas, não determinam o sucesso escolar. É bom deixar isso claro antes que vire uma paranoia. Boa educação é fruto de um conjunto de fatores, e o professor não pode ser responsabilizado por tudo. Porém, alguns são cruciais —

acreditar nos estudantes é um desses fatores. Não é tudo, mas tem um bom peso.

Quando volto às memórias de infância e adolescência, tenho algumas cenas bem claras na cabeça. Meus pais sempre acreditaram que eu poderia ir longe. Mesmo com pouquíssimos recursos naqueles anos difíceis, eles me falavam de universidades.

Na escola, as professoras faziam questão de elogiar meus textos e de dizer aos meus pais que eu tinha cara de universitário. Eu simplesmente sentia que a escola era para mim. Meus amigos, não. Sem referência escolar em casa (muitos eram filhos de pais analfabetos), tiveram o primeiro contato com livros nas escolas. As dificuldades eram naturais, e muitos foram humilhados pelos professores.

Lembro até hoje de um deles que começou a se chamar de “Burrão”, com orgulho, para tirar a carga negativa do apelido dado por um docente. Era preciso uma força de vontade gigantesca e uma resiliência inacreditável para superar isso. Não é à toa que tão poucos passam por esse filtro. Não é à toa que temos tantas histórias bonitas de superação – justamente por não são a regra.

No nosso “funil educacional”, pouquíssimas pessoas chegam à universidade. Apenas 15% dos adultos entre 25 e 35 anos concluiu o ensino superior, uma taxa bem baixa na comparação com outros países. O problema é tão grave que o Brasil colocou uma meta no PNE (Plano Nacional de Educação) para aumentar expressivamente o número de matrículas –e provavelmente não vai cumprir.

Durante as eleições, o então candidato Jair Bolsonaro chegou a dizer que os jovens brasileiros tinham uma “tara” por educação superior. Porém, muitas pesquisas mostram que isso não é verdade. Nas periferias país afora a regra é pensar “a universidade não é para mim”, como mostrou reportagem da Folha. Na prática, o Brasil não tem altas expectativas sobre a sua juventude.

Infelizmente, essa ideia não morreu na campanha. O ministro da educação, Ricardo Vélez Rodriguez, disse recentemente que a “ideia de universidade para todos não existe”. Dificilmente um país vai universalizar o ensino superior, e factualmente Vélez está certo. Porém, a questão não é essa. Ele não estava fazendo um diagnóstico. Estava colocando sua posição sobre como vai encarar o ensino superior.

Na prática, ele faz justamente o oposto do que preconiza a ideia de altas expectativas. Num país com acesso tão baixo à universidade, a frase enfraquece a esperança de milhares de pessoas semelhantes aos meus amigos de Caieiras.

Para muitas pessoas, entrar na universidade (e escapar de salários baixos e empregos precários) é uma das únicas razões para concluir a educação básica. Ao criticar a ideia de universidade para todos, Vélez acaba atacando, por tabela, a ideia de escola para todos. Aliás, a ideia de escola “só para os inteligentes” é uma crença que resiste a morrer no país.

Como professor universitário, Vélez sabe que as palavras têm consequências. Num país como o Brasil, de escolarização tão recente, as palavras podem ser trágicas – especialmente se virarem ideologia oficial. O país precisa mostrar que a educação é direito de todos, e isso precisa ser uma crença em todas as escolas do Brasil, como já é

em cidades como Coruripe (AL), Novo Horizonte (SP) e Sobral (CE).

Só assim, nós, como sociedade, poderemos dizer que cada pessoa é capaz de fazer suas próprias escolhas livremente. Não é preciso fazer demagogia barata ou prometer algo impossível. Basta, simplesmente, se comprometer de verdade com as crianças e adolescentes que hoje acham que a USP é tão inacessível quanto as luas de Saturno.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Medida Provisória para regulamentar educação em casa foi feita por associação de ensino domiciliar

Diretor da Aned tem cargo no ministério da Família

BRASÍLIA- Nova bandeira do governo Bolsonaro, anunciada como prioridade dos cem dias de gestão, a permissão para pais substituírem a escola regular pelo ensino em casa dos filhos foi adotada pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos por influência da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned). O diretor jurídico da entidade, Alexandre Magno Fernandes Moreira, é secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Proteção Global do ministério desde o último dia 14.

Moreira disse ao GLOBO que o texto da Medida Provisória que o governo pretende enviar ao Congresso foi, de fato, elaborado pela Aned, mas que ainda sofrerá modificações na Secretaria de Família do próprio ministério e na Casa Civil. A redação inicial da MP, segundo ele, é enxuta e traz como premissa principal o direito expresso de as famílias optarem pelo ensino domiciliar "a qualquer tempo" durante toda a educação básica. Isso significa que pais poderiam ensinar em casa crianças do ensino infantil até o médio.

O texto sugerido da MP quer garantir que o ensino domiciliar poderá ser adotado até mesmo com crianças e adolescentes que hoje frequentam a escola regular, caso a família assim decida. O caminho inverso também ficará permitido. Ou seja, famílias que educam os filhos por conta própria permanecem com a liberdade de, se desejarem, transferi-los para a educação formal.

A redação em discussão deixa claro também a "igualdade de direitos" entre famílias que adotam o regime domiciliar e o regime escolar. O dispositivo é uma espécie de salvaguarda para que os praticantes da educação em casa possam se beneficiar de abatimento no Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) decorrente de despesas escolares, como ocorre com as famílias que mantêm seus filhos em escolas particulares.

Outro objetivo da menção expressa em relação à igualdade de direitos é permitir que as famílias que educam os filhos em casa não percam o benefício do Bolsa Família ou tenham problemas para começar a receber a transferência de renda. Hoje, é preciso provar que as crianças e jovens estão matriculados e frequentando a escola para ter direito ao valor repassado pelo programa federal. Embora a redação da MP não cite literalmente o Bolsa Família ou o Imposto de Renda, a ideia de reforçar que os direitos são iguais tem esse objetivo principal.

Também consta do texto da MP em estudo a previsão de um registro público das famílias que adotam a educação domiciliar. Isso facilitaria a fiscalização dos alunos nessa modalidade de ensino. No entanto, a redação sugerida não detalha qual órgão ficaria responsável por esse cadastro nem que tipo de acompanhamento essas crianças

teriam por parte do poder público.

— A ideia é fazer um texto bastante enxuto, deixando espaço para que questões específicas possam ser regulamentadas posteriormente — disse Alexandre Magno Fernandes Moreira, diretor jurídico da Aned e secretário-adjunto da Secretaria de Proteção Global do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Mec foi acionado primeiro

A primeira investida da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned) foi com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, ainda no ano passado. Em dezembro, início da transição do governo, os integrantes da entidade, que reúne famílias que praticam o homeschooling, procuraram Vélez, que se mostrou simpático à ideia e disse que encaminharia o tema no MEC.

Após a posse nos cargos, já em janeiro, a Aned voltou a procurar Vélez, mas também se aproximou da equipe de Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. A ideia passou a ser emplacar a pauta mais como um direito de liberdade das famílias e menos uma questão de política educacional.

O argumento é de que há urgência na aprovação da medida porque recentemente o Supremo Tribunal Federal (STF) "jogou as famílias na ilegalidade" ao decidir que só pode ser feita educação domiciliar no Brasil quando houver regulamentação. Com esse apelo, o governo pretende angariar apoio da bancada conservadora no Congresso, simpática à ideia. Defensores do movimento Escola sem Partido se alinham ao homeschooling como uma forma de driblar a suposta doutrinação em sala de aula.

Entre argumentos como oferecer uma educação de maior qualidade aos filhos e evitar episódios de bullying e violência, os adeptos da educação domiciliar também apontam a necessidade de preservar "princípios morais da família" e evitar "ensinamentos sobre valores contrários àqueles ensinados no seio da família", conforme descreve o próprio site da Aned.

No portal, há a informação de que, segundo os dados mais atualizados, cerca de 5 mil famílias praticam a educação domiciliar no país. O governo trabalha com um número bem mais inflado, de 31 mil famílias, segundo divulgado no plano de propostas prioritárias para os cem dias de gestão: "Regulamentar o direito à educação domiciliar, reconhecido pelo STF, por meio de Medida Provisória, beneficiando 31 mil famílias que se utilizam desse modo de aprendizagem".

Argumento furado

Pesquisadora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e doutora em Psicologia Escolar, Luciene Tognetta refuta o argumento dos pais baseado na exposição ao bullying. Especialista na área, ela afirma que o ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento infantil.

— Esse é um argumento extremamente furado. Eu não consigo formar alguém para a convivência senão pela própria convivência. Esse argumento ignora uma perspectiva do desenvolvimento infantil do ser humano que é a própria oportunidade dada pelo conflito, que gera a criação de habilidades e competências de convívio e de resolução receptiva de atritos — afirma a educadora, que também é coordenadora do Grupo de

Estudos e Pesquisas em Educação Moral (Gepem) da Unesp e Unicamp. — A convivência também ensina às crianças que há diversidade de opiniões, de acordo com a maneira como as famílias são organizadas. As crianças têm necessidade de conflito com seus pares e os pais não são pares. Há valores que são cultivados e formados na família, mas há outros que são potencializados e formados na relação pública.

Tognetta destaca ainda que transferir a responsabilidade escolar para a família é tangenciar os verdadeiros problemas da educação:

— A melhor maneira de proteger um filho contra os problemas da escola é que haja formação de professores, que esses espaços onde o filho aprende a conviver sejam espaços onde existam pessoas especializadas. Do ponto de vista político, a educação domiciliar pode ser uma estratégia de não ação para aquilo que dá trabalho e exige esforço em termos de criação de políticas públicas. Tapar o sol com a peneira significa não dar à escola a responsabilidade que é dela.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

"Surfista de fim de semana" encontra no EAD ajuda na busca por cargo melhor

Reginaldo Luciano Tangerino, 39, estava satisfeito com seu diploma de curso técnico. Foi um empurrão da mulher, Maíra Franco Tangerino, 36, que o motivou a procurar um curso de graduação a distância, após os 30. Para o servidor público do DAE (Departamento de Água e Esgoto) de Jundiaí, a 57 km de São Paulo, o diploma amplia a possibilidade de se candidatar a outros cargos públicos com melhor remuneração.

"Antes do curso superior, se eu quisesse prestar um concurso, só conseguia me cadastrar para concorrer em vagas técnicas, com salários menores. Com a graduação, eu posso disputar vagas para cargos melhores com um salário maior", afirma.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a formação superior em EAD (Educação a Distância) tem o mesmo valor legal que um curso presencial para os concursos públicos, e o certificado é aceito na diplomação, quando há migração de cargo. Basta que o curso seja ministrado por instituição reconhecida pelo MEC (Ministério da Educação).

Tangerino concluiu a graduação de gestão ambiental na Unopar em 2017. Em seguida, iniciou a pós-graduação em perícia e auditoria ambiental. "Eu fiquei muito tempo fora da escola. Voltei a estudar apenas depois dos 30. Peguei gosto pelo estudo e não pretendo parar mais de estudar."

A escolha pela área ambiental tem a ver com a sua experiência. "Quando terminei o técnico, acabei tendo contato com viveiros, plantio de árvores no manancial". A opção pela EAD foi pela flexibilidade de tempo e economia dos gastos extras -- gasolina, estacionamento, alimentação -- que um curso presencial exige. "Se eu tivesse de frequentar um curso presencial seria muito corrido porque teria de ir direto do trabalho. No EAD, mesmo eu chegando em casa cansado, já que trabalho no setor operacional e de manutenção de esgoto, eu sempre conseguia fazer alguma atividade. Ler uma página ou fazer algum exercício, por exemplo."

O retorno aos estudos em um curso EAD, inicialmente, foi desafiador. "No começo, eu não levei o curso muito a sério. Achava que seria mais fácil por ser a distância. Depois,

vi que precisaria ler o material e fazer os exercícios com frequência para acompanhar as aulas e fazer as provas."

Logo que se adaptou, começou a colher os frutos do aprendizado. "Todo esse conhecimento me deu uma perspectiva maior do mundo. Hoje eu vejo a importância do meu trabalho e sei o quanto um vazamento de esgoto pode prejudicar o meio ambiente e a saúde das pessoas, Tudo o que aprendi me deixou mais responsável e mais comprometido com o trabalho e com o meio ambiente."

Ele também ressalta a qualidade de vida proporcionada pela flexibilidade nos estudos. "Eu ando de skate e adoro surfar, por isso viajo muito para a praia nos fins de semana. Com o EAD eu consigo estudar em qualquer lugar e isso me dá mais liberdade."

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sisu 2019/1: está aberto período de matrículas nas universidades

Os aprovados na chamada regular têm até o dia 4 de fevereiro para realizar as matrículas nas próprias instituições de ensino Por Giullya Franco

Começa nesta quarta-feira, 30 de janeiro, o período de matrículas para os aprovados na primeira chamada do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) 2019/1. O prazo vai até o dia 4 de fevereiro.

Confira o resultado do SiSU 2019/1

Para realizar as matrículas, os candidatos aprovados pelo SiSU na chamada regular devem consultar, junto à instituição de ensino em que foram aprovados, o local, horário e procedimentos para realização da matrícula.

Lista de Espera

Já está aberto o prazo de cadastro na lista de espera da SiSU para os estudantes que não foram selecionados em nenhuma das duas opções de curso. O candidato que desejar participar da lista de espera poderá manifestar o interesse para a primeira ou segunda opção de curso que optou concorrer na inscrição do programa. O prazo vai até o dia 5 de fevereiro.

Saiba como funciona a Lista de Espera do SiSU

Para se cadastrar na lista de espera o candidato deve acessar o sistema e, em seu boletim, clicar no botão que corresponde à confirmação de interesse em participar da lista de espera do SiSU. É necessário que o estudante se certifique de que sua manifestação foi realizada. Ao finalizar a manifestação o sistema emitirá uma mensagem de confirmação.

As chamadas da lista de espera do SiSU 2019/1 serão publicadas nas páginas oficiais das universidades a partir do dia 7 de fevereiro.

Faça sua inscrição na Lista de Espera

SiSU 2019/1

O SiSU ofereceu 235.476 vagas em 129 universidades públicas de todo o país para os estudantes que realizaram o Enem 2018 e alcançaram nota superior a zero na redação. As vagas se dividem em ampla concorrência e reserva de vagas para candidatos cotistas ou de ações afirmativas.

Não pare agora... Tem mais depois da publicidade ;)

O estudante teve a oportunidade de escolher até duas opções de curso durante a inscrição, informando, em ordem de preferência, as opções de instituição com o local de oferta, curso e turno, além da modalidade de concorrência (ampla concorrência ou uma das categorias de cotas disponíveis).

Queda no número de inscritos

O SiSU 2019/1 registrou uma queda no número de candidatos inscritos em relação à edição anterior. Nesta edição, foram 1.823.871 inscritos e 3.492.751 inscrições, considerando que cada inscrição é uma opção de curso. O total corresponde a 51% dos participantes do Enem 2018.

Em relação à edição do SiSU do primeiro semestre do ano passado, o número de inscritos caiu 15%. O SiSU 2018/1 terminou com 2,1 milhões de inscritos e 4,1 milhões de inscrições.

Problemas na inscrição

Quando foram abertas as inscrições para o programa, no dia 22 de janeiro, houve um grande número de reclamações por parte dos estudantes. Os candidatos relataram dificuldades para acessar o Site do SiSU e realizar as inscrições. Em consequência, o Ministério da Educação (MEC) acabou prorrogando o prazo das inscrições, que se encerraram no domingo (27 de janeiro). As inscrições, anteriormente, terminariam dia 25 de janeiro.

BLOG DO LUÍS NASSIF - BLOG

Levando a sério a cobrança de mensalidades na pós-graduação

A cobrança de taxas ou mensalidades dos alunos de mestrado e doutorado nas universidades públicas é um tema que vem à tona de tempos em tempos. Em 2017, o Supremo Tribunal Federal decidiu que tais cursos devem ser totalmente gratuitos, podendo essas instituições de ensino cobrar apenas pelos cursos de especialização e similares (a chamada pós-graduação lato sensu). A polêmica foi novamente levantada pelo ex-governador Geraldo Alckmim durante as eleições, que imediatamente recuou após a repercussão negativa de suas palavras. Essa questão afeta não apenas os alunos, mas todo o sistema de financiamento das principais universidades e centros de pesquisa do país. Infelizmente, o debate é corriqueiramente feito sob uma perspectiva rasa, com base em valores abstratos e ideias preconcebidas, sem considerar a realidade da pesquisa e ensino das diferentes áreas de conhecimento, regiões do país e dos estudantes. Tais abordagens usualmente privilegiam respostas simples de lógica binária – proibir ou determinar a cobrança, que pouco contribuem para um desenho institucional voltado a proporcionar melhor qualidade, resultados e equidade.

É importante que se reconheça que não há uma única estratégia ou abordagem correta para o tema, e países com base tecnológica mais robusta que a nossa adotam arranjos distintos. Nos Estados Unidos, Reino Unido e Japão, a maior parte dos programas de mestrado cobra anuidade de seus estudantes (embora existam diversos esquemas de bolsas), invertendo-se a situação no doutorado, no qual a maioria dos alunos recebe financiamento tanto para taxas como para suas despesas pessoais. Já na Alemanha, Noruega e Finlândia, mesmo os cursos de mestrado são gratuitos para estudantes locais ou da União Europeia. Há, portanto, diferentes modelos que podem ser seguidos, e para definir o mais apropriado para o caso brasileiro é necessário discutir as implicações

práticas de cada escolha, à luz da realidade de nosso sistema de ensino e pesquisa.

Um requisito essencial para iniciar essa discussão é sabermos ao certo quanto custam os alunos de mestrado e doutorado de universidades públicas, e qual seria a economia para os cofres públicos caso eles tivessem que financiar seus cursos. Surpreendentemente, esses valores não foram sequer levantados. Os números de investimento público em educação divulgados pelo governo agregam todos os alunos do ensino superior indistintamente (ou seja, aqueles que cursam a graduação, mestrado e doutorado), não fornecendo uma base razoável para análise. Estimativas com base no orçamento da **CAPES**, CNPq e Fundações de Amparo estaduais desconsideram os custos com pessoal e manutenção de infraestrutura, e servem apenas como uma medida agregada, não sendo um parâmetro apropriado para individualizar o valor para custeio de cada programa.

Uma segunda questão é o impacto da cobrança na atração de novos quadros para as atividades científica e de docência. Não é novidade que a vida de um pós-graduando no Brasil assemelha-se a um voto franciscano de pobreza. O valor das bolsas de pós-graduação concedidas pela **CAPES** e CNPq não é reajustado há 4 anos, e a disponibilidade está muito aquém do número atual de alunos. Nesse contexto em que a pós-graduação já é tão pouco atrativa, é importante investigar se o custo adicional da cobrança não afastaria ainda mais jovens interessados. Estudos empíricos confirmam que a cobrança de mensalidade pode afetar negativamente a procura por esses cursos.

É importante considerar também qual a efetiva demanda por mestres e doutores no país, para que se possa avaliar a relevância de investir recursos públicos na formação desses profissionais, além de dimensionar o financiamento adequado. Um estudo do CGEE apontou que, em 2014, as taxas de emprego formal de mestres e doutores eram de apenas 66% e 76%, respectivamente, sugerindo que o mercado brasileiro tem dificuldade para absorver parcela significativa dessa mão-de-obra. E o desemprego não é o único problema: com o crescimento da pós-graduação em diversos países, especialistas chamam atenção para o problema da 'sobrequalificação', caracterizado pelo exercício de atividades que não aproveitem o nível educacional e qualificação dos trabalhadores.

Um desafio a ser vencido neste debate é abandonar a perspectiva agregada, ou a ideia de que precisamos de uma solução única de financiamento que abarque todas as instituições, regiões e cursos de pós-graduação. Cada área de conhecimento possui especificidades e necessidades distintas para funcionamento de um centro de pesquisa. Além disso, o mercado de trabalho e a carência de cientistas e professores variam de acordo com a região e o curso. Dois exemplos extremos bastam para retratar como a pós-graduação brasileira é composta de mundos diversos: em 2018, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP) teve o inacreditável número de 728 candidatos participando da fase final da seleção para as 354 vagas de seu programa de pós-graduação, sendo que uma parcela substancial dos aprovados trabalha durante o curso, não demanda infraestrutura ou verba para suas pesquisas, e consegue extrair um retorno de seus títulos em suas atividades profissionais. Já o programa de pós-graduação em Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), fundamental para a produção de conhecimento sobre a biodiversidade daquela região, depende de uma custosa infraestrutura e abre anualmente menos de 40 vagas de mestrado e doutorado. É inadmissível que essas duas realidades sejam tratadas conjuntamente e submetidas ao

mesmo arranjo de financiamento, incluindo o valor a ser cobrado dos alunos.

Por fim, devemos considerar os problemas de desigualdade no acesso aos cursos. Estudo recente apontou que os ingressantes de mestrado e doutorado possuem em média renda familiar mais elevada do que o conjunto de egressos da graduação. Novamente, parece fazer pouco sentido ignorar essa questão e tratar todos os estudantes indistintamente. Modelos diferenciados de financiamento podem e devem ser utilizados para corrigir distorções e desigualdades, viabilizando ou gerando incentivos para a participação de alunos de baixa renda ou pertencentes a grupos sub-representados.

A discussão acerca do pagamento de mensalidades pelos alunos de mestrado e doutorado da rede pública ainda precisa ser muito amadurecida, com o levantamento de dados e o desenvolvimento de análises que permitam qualificar e estimar os efeitos das escolhas a serem tomadas. É possível afirmar, no entanto, que a complexidade de nosso sistema e diversidade de programas não permitem respostas simples ou soluções fáceis. Nessa discussão, as “vacas sagradas” à esquerda (ensino público integralmente gratuito) e à direita (privatização ou cobrança de todos os alunos) só prejudicam o debate e a construção de um arranjo que promova eficiência e equidade. E tampouco parece produtivo que esse tema seja decidido no Supremo Tribunal Federal, à luz de critérios exclusivamente jurídicos e por indivíduos que não se dedicam ao estudo de políticas educacionais em toda sua complexidade.

Daniel Gama e Colombo - Doutor em Economia do Desenvolvimento pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), e Mestre em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da USP. Pertence à carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e atua na Diretoria de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Inep abre inscrições para seleção de tradutores

Especialista de tradução de inglês, espanhol e francês podem se inscrever até 15 de fevereiro

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou o Edital de Chamada Pública nesta segunda-feira (28). Para participar é necessário ter graduação em tradução ou bacharelado em letras (inglês, espanhol ou francês) reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Também é necessário alcançar pontuação mínima nos requisitos complementares exigidos pelo edital, relacionados a: formação acadêmica; experiência profissional nos últimos cinco anos; formação complementar nos últimos 10 anos e atuação de produção científica nos últimos cinco anos. O cadastramento vai até 15 de fevereiro exclusivamente pela internet no Sistema do Banco Nacional de Itens (BNI).

Há vagas para tradutores de inglês, espanhol e francês

Além das especialidades de graduação exigidas, os participantes devem ter conhecimento em informática para acessar, editar e realizar serviços em plataformas na internet; não fazer parte do quadro de servidores efetivos ou comissionados do MEC, do Inep, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e

Projetos (Finep). Outra condição é não ser proprietário de estabelecimento de ensino particular cuja finalidade coincida ou a atividade reflita com o objeto da Chamada Pública.

O cadastramento só será validado se os profissionais preencherem corretamente todas as informações solicitadas no sistema do Inep; anexarem documentos comprobatórios da formação de nível superior exigida e documentos complementares; e declararem a veracidade das informações prestadas. O resultado final da chamada pública será divulgado em 25 de março de 2019.

topo ↕

DIÁRIO DO PODER - NOTÍCIAS

Pesquisa da UnB estuda células inflamatórias para tratar obesidade

Problema crescente incentiva pesquisadores a conhecerem melhor a doença para que seu enfrentamento seja mais efetivo

A obesidade é uma das doenças que atrai a atenção em todo o mundo. No Brasil, cerca de 20% da população é obesa e o sobrepeso atinge 54% dos brasileiros. Os dados são da Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), do Ministério da Saúde, publicada em 2018.

O problema crescente incentiva pesquisadores a conhecerem melhor a doença para que seu enfrentamento seja mais efetivo. No Laboratório de Imunologia e Inflamação (LIMI) da Universidade de Brasília (UnB), pesquisadores estudam a relação entre a obesidade e a inflamação das moléculas.

A doutoranda Dalila Ribeiro é bolsista da **CAPES** pelo programa de biologia molecular da Universidade de Brasília. Ela começou a pesquisar sobre inflamação em 2013, ainda na graduação, em um projeto de iniciação científica. “Esperamos aprofundar o conhecimento nesse campo da obesidade e a partir disso definir melhores alvos para tratar a doença, quais as melhores abordagens, qual tipo de dieta realmente faz diferença. Queremos ver como as várias moléculas inflamatórias estão participando, se cada uma aumenta ou diminui a condição de obesidade”.

O interesse de Dalila pelo tema aumentou desde o início dos estudos. Para os próximos anos, o foco da pesquisadora será obesidade, inflamação e câncer de fígado. Além das pesquisas sobre inflamação, os pesquisadores do LIMI possuem uma frente específica que estuda o vírus Zika.

topo ↕

JE ONLINE - NOTÍCIAS

Ciência da Computação do Campus Sorocaba da UFSCar oferece bolsa de pós-doutorado

Candidatos devem ter doutorado em Computação ou áreas afins; inscrições vão até 6 de fevereiro

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação (PPGCC-So) do Campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) está com inscrições abertas em processo de seleção de candidatos a uma bolsa oferecida pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, com vigência a partir de março de 2019.

O edital é voltado a pessoas com título de doutor em Computação ou áreas afins que possam ter dedicação exclusiva a pesquisas científicas em uma das linhas de pesquisa

do PPGCC-So: "Computação Científica e Inteligência Computacional" e "Engenharia de Software e Sistemas de Computação". A bolsa tem valor mensal de R\$ 4,1 mil, com duração de 12 meses, podendo ser renovada por igual período.

As inscrições devem ser feitas até o dia 6 de fevereiro exclusivamente pelo e-mail ppgccs@ufscar.br, com assunto "PNPD: Inscrição", encaminhando a documentação exigida conforme instruções do edital.

As informações sobre o processo seletivo estão no edital, disponível no site www.ppgccs.net. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo o e-mail de inscrição.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Preocupados com a melhora da qualidade de vida, pesquisadores brasileiros apostam em tecnologia

Três trabalhos de destaque estão concorrendo ao Prêmio Péter Murányi 2019, que será votado em 5 de fevereiro

Pensando na solução de problemas comuns nas esferas da agronomia, saúde e perdas provocadas por eventos climáticos extremos, os pesquisadores brasileiros investiram na elaboração de projetos inovadores e com aplicação prática imediata, capazes de modificar o cotidiano das populações onde foram implementados.

Concorrendo à 18ª edição do Prêmio Péter Murányi, cujo foco é em Ciência e Tecnologia, os trabalhos avaliados têm como ponto em comum o uso da tecnologia para melhoria da qualidade da vida das populações. Este ano, a premiação distribuirá R\$ 250 mil, sendo R\$ 200 mil para o primeiro colocado, R\$ 30 mil para o segundo e R\$ 20 mil entregues ao terceiro colocado. O vencedor será conhecido em 5 de fevereiro.

Dentre os três trabalhos selecionados para a votação final, um deles, o aplicativo “SOS Chuva”, é coordenado por Luiz Augusto Machado e Eduardo Guarino, e foi criado para reduzir a vulnerabilidade de moradores de diversas regiões do país a eventos climáticos extremos. Integrado a estações meteorológicas de todo o Brasil, o serviço oferece monitoramento do clima em tempo real, permitindo a visualização de imagens de satélite e de radares, além de possibilitar que os usuários compartilhem informações sobre o clima em suas regiões e oferecer informações sobre procedimentos durante enchentes.

Coordenado pelo professor João Batista Calixto, o segundo projeto consistiu no desenvolvimento de um medicamento utilizando como princípio ativo plantas que fazem parte da biodiversidade brasileira. Tendo como princípio ativo a *Cordia verbenacea* (erva baleeira), o medicamento, de uso tópico, chamou a atenção por suas ações anti-inflamatórias e analgésicas. Comercializado desde 2004, o produto é o medicamento mais prescrito entre os anti-inflamatórios tópicos.

O terceiro finalista trouxe os resultados de um programa de melhoramento genético de aveia, permitindo o cultivo desse cereal em áreas do sul do Brasil e o uso de sementes produzidas em território nacional. Coordenado pelos professores Luiz Carlos Federizzi e Marcelo Teixeira Pacheco, o projeto reduziu os custos destes cultivos, ampliou a produção e possibilitou o surgimento de novos negócios. Como resultado, a iniciativa permitiu que o país deixasse de importar sementes de aveia, elevando sua produção anual para 837.500 toneladas em 2018 e resultando no surgimento de pequenas empresas processadoras dos grãos na região sul.

Para a edição de 2019, a Fundação Péter Murányi recebeu mais de 149 trabalhos, oriundos de toda a América Latina. O vencedor será escolhido por um júri composto por representantes de entidades nacionais e internacionais ligadas à ciência e tecnologia, representantes de universidades federais, estaduais e privadas, personalidades de renome e membros da sociedade.

O Prêmio Péter Murányi é realizado anualmente, com temas que se alternam a cada edição: Saúde, Ciência & Tecnologia, Alimentação e Educação. Os temas são revisitados a cada quatro anos.

A premiação conta com o apoio das seguintes entidades: CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, Anpei (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Aciesp (Academia de Ciências do Estado de São Paulo), ABC (Academia Brasileira de Ciências), Aconbras (Associação dos Cônsules no Brasil) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

PUCRS lança portal com informações sobre pesquisadores e produção científica Portal possibilita acesso rápido e fácil à produção de mais de 300 pesquisadores e suas principais produções

Reconhecida pela qualidade das pesquisas desenvolvidas e pelo grupo diferenciado de pesquisadores que integram a Universidade, a PUCRS lançou um portal que amplia o acesso à produção científica em âmbito nacional e internacional. O perfil e os principais estudos dos mais de 300 pesquisadores da PUCRS, entre eles renomados cientistas em todas as áreas do conhecimento, estão disponíveis para consulta no portal Pesquisadores. O site, recém-lançado, conta com buscas por nome, área ou estruturas de pesquisas e eixos temáticos. O objetivo principal é gerar conexões, ampliar a visibilidade da pesquisa realizada e viabilizar novas parcerias nacionais e internacionais. Na página de cada profissional é possível visualizar dados como áreas de interesse, eixos temáticos, áreas de concentração, linhas de pesquisa e estruturas de pesquisa às quais o pesquisador está vinculado, além de acessar suas principais publicações.

Atualmente a Universidade conta com mais 300 pesquisadores, que atuam em mais de 570 estruturas de pesquisa (entre grupos, núcleos, laboratórios, centros e institutos), e desenvolvem aproximadamente 2 mil projetos, sendo mais de 170 deles com parcerias internacionais. “Queremos facilitar novas conexões e parcerias que qualifiquem a pesquisa produzida na Universidade. O portal é mais um incentivo à nossa proposta de ensino – na Graduação e na Pós-Graduação – conectado à pesquisa científica de impacto, buscando soluções para os desafios contemporâneos globais” afirma a Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, Carla Bonan. A PUCRS tem 24 Programas de Pós-Graduação, e apresentou a melhor média nacional dos conceitos na última avaliação quadrienal da CAPES entre as Universidades públicas e privadas no Brasil.

topo ↕

JUSTIFICANDO - TEMPO REAL

Entre Brumadinho e Mariana, o tempo do homem

“A treva mais estrita já pousara
sobre a estrada de Minas, pedregosa,
e a máquina do mundo, repelida,

se foi miudamente recompondo,
enquanto eu, avaliando o que perdera,
seguia vagaroso, de mãos pensas.”

Carlos Drummond de Andrade
– Trecho do poema “A máquina do mundo”

O escritor e crítico literário José Miguel Wisnik, em seu livro “Maquinação do mundo”[1], em que debate as estreitas relações entre a obra poética de Carlos Drummond de Andrade e a crítica à exploração minerária, especialmente a levada a efeito pela Vale, afirma de maneira enfática que:

“(…) a obra de Carlos Drummond de Andrade tocou pioneiramente numa ferida que está aberta hoje: a degradação do ambiente e da vida nas áreas afetadas pela mineração cega às suas próprias consequências. Esses sinais gritam na catástrofe de Mariana, gemem abafados em tantos lugares do território de Minas Gerais, alguns deles sujeitos a uma nova tragédia comparável, entranham-se como pó corrosivo nas estátuas de Aleijadinho em Congonhas do Campo, escondem-se por detrás da serra do Curral, postada hoje como um cenário de biombos minerais no horizonte de Belo Horizonte.”

E esses sinais alarmantemente descritos por Wisnik rapidamente tomam forma quando observado que crimes socioambientais como os praticados em Mariana e em Brumadinho representam também “(…) a tragédia anunciada dos níveis precários da segurança do trabalho em nosso País”[2]. Apenas no caso de Mariana foram verificadas à época pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais (SRTE-MG) inúmeras falhas na segurança da barragem como a ausência ou inexistência de dispositivos de monitoramento, falta de manutenção preventiva, não eliminação de risco conhecido, falta de critérios para correção de inconformidades e ausência de projeto[3].

Em outras palavras, o que o crime de Mariana deixa como herança maldita é o fato que as mortes de 19 pessoas (incluindo 14 trabalhadores, sendo 13 terceirizados) e os danos irreparáveis aos indígenas, proprietários de terra ribeirinhos, pescadores e à fauna e flora do Rio Doce não se deram por acaso. Eles são o resultado da superexploração dos trabalhadores e da destruição ambiental ínsitas da atividade mineradora em sua sanha pelo lucro e que agora, pouco mais de três anos depois do crime de Mariana, dão novamente as caras no crime de Brumadinho.

Embora seja cedo para especificar com precisão todos os danos provocados pelo novel crime da Vale (dona de 50% da Samarco, empresa responsável pelo crime de Mariana em 2015), dados preliminares dão conta que o rompimento da barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho, ocasionou resultados aterradores. Até a manhã de hoje, 29 de janeiro, segundo a Polícia Civil, 65 corpos foram encontrados e 279 pessoas continuam desaparecidas, sendo boa parte desses mortos e desaparecidos trabalhadores e terceirizados da própria Vale.

E engana-se quem possa pensar que a lógica do lucro a todo custo praticada pela Vale seja recente na atividade de exploração mineral. É verdade que os últimos 50 anos, tomando como marco referencial a década de 1970, tornaram os malefícios da indústria mineradora ainda mais perniciosos. Como relatado pelo economista francês François Chesnais[4], as décadas finais do século XX e as duas primeiras do atual século representaram o eclodir de uma verdadeira crise civilizatória, com a intensa modificação do modelo produtivo vigente. Saímos de um capitalismo, ainda que superficialmente, atento a parcas demandas sociais para um modelo que parece não se preocupar com qualquer demanda outra que não seja a própria lucratividade. A financeirização do capital (criando um capital majoritariamente sem lastro e sem qualquer retorno para a atividade produtiva) e a busca cada vez mais crescente pela competitividade fizeram ressaltar os problemas de um sistema baseado em premissas originariamente excludentes.

Por outro lado, é imperioso ressaltar que o processo de destruição da vida humana e do meio-ambiente cujo os eventos fatalísticos de Mariana e Brumadinho desvelam tem base secular. É o que já demonstrava Zola, em fins do século XIX, quando expôs em *Germinal*[5] as desumanizantes condições laborais dos trabalhadores das minas de carvão do norte da França. É o que também revelava a corrida pelo ouro do período colonial brasileiro, na mesma castigada região das Minas Gerais, palco dos dois crimes sob análise. A escravização e os maus tratos praticados contra o povo negro refletem seus efeitos até os dias atuais, na massa de cidadãos desumanizados, sem direitos mínimos garantidos e continuamente discriminados por sua cor e condição social.

A realidade é que esta lógica de dilaceração da natureza como um todo (com a vida humana e o meio-ambiente como elementos da natureza) está no cerne da mineração e o que os defensores de um “capitalismo verde/sustentável” tem dificuldade de enxergar é que a mera mudança da legislação ambiental fiscalizatória está longe de representar uma solução significativa para o problema.

Uma resposta realmente efetiva envolve a mudança radical do modelo de sociedade vigente, o que envolve não só a alteração de uma lógica de consumo desenfreado, mas de uma falsa noção de “progresso”, baseada em um aumento da produtividade e no desenvolvimento ótimo das forças produtivas. Como colocado pelo sociólogo Michael Löwy[6], deve-se desconstruir o conceito de progresso comumente aplicado, de forma a incluir em sua posição central um desenvolvimento que leve em conta não o tempo do homem, mas uma noção de tempo muito mais expandida, o tempo da natureza.

Daniel de Faria Galvão é mestrando em Direito do Trabalho pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista CAPES de pesquisa científica e advogado.

topo ↕

MINAS1 - NOTÍCIAS

Inep vai contratar tradutores de inglês, espanhol e francês

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou nesta segunda-feira (28/1) o edital para contratação de tradutores de inglês, espanhol e francês para a educação.

Os interessados devem ter graduação em tradução ou bacharelado em Letras (inglês, espanhol ou francês) reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Ainda é preciso obter pontuação mínima nos requisitos exigidos no certame, como: formação acadêmica; experiência profissional nos últimos cinco anos; formação complementar

nos últimos 10 anos e atuação de produção científica nos últimos cinco anos. O cadastramento começou nesta segunda (28), e vai até 15 de fevereiro, e deve ser feito exclusivamente pela internet, no Sistema do Banco Nacional de Itens (BNI).

Além das especialidades de graduação exigidas, os participantes devem ter conhecimento em informática para acessar, editar e realizar serviços em plataformas na internet; não fazer parte do quadro de servidores efetivos ou comissionados do MEC, do Inep, da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Outra exigência é não ser proprietário de estabelecimento de ensino privado.

topo ↕

PÁGINA RURAL - NOTÍCIAS

SP: Apta e cinco Institutos de pesquisa têm novos diretores, diz SAA

A Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta) e cinco de seus seis Institutos de pesquisa têm novos diretores. Antonio Batista Filho foi nomeado como coordenador da Apta pelo secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Gustavo Junqueira. Batista Filho assumiu a nova função no lugar de Orlando Melo de Castro, que esteve à frente da coordenadoria desde 2008. A diretoria-geral do Instituto Agrônomo (IAC-Apta) foi assumida por Marcos Antonio Machado, no Instituto Biológico (IB-Apta) por Ana Eugênia de Carvalho Campos, no Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital-Apta) por Eloísa Garcia, no Instituto de Pesca (IP-Apta) por Vander Bruno dos Santos e no Instituto de Zootecnia (IZ-Apta) por Luiz Marques da Silva Ayroza.

Segundo o novo coordenador, que até então era diretor-geral do IB, a orientação é que a Apta e suas unidades de pesquisa trabalhem de forma integrada com os demais órgãos da Secretaria de Agricultura, como a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) e Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro).

“Atuaremos de forma integrada com todos os órgãos da Secretaria a fim de promover a inovação no campo. Vamos também trabalhar para adequar as linhas de pesquisa dos Institutos e Apta Regional, priorizando aquilo que é estratégico para o agronegócio paulista”, afirma Batista Filho.

De acordo com Junqueira, a ideia é ter uma integração total e engajamento dos institutos com as demais áreas de atuação da Secretaria de Agricultura, utilizando a experiência e a inteligência de cada um para construir um desenvolvimento rural sustentado. O secretário de Agricultura defende que seja feito um planejamento para que os Institutos de pesquisa tenham uma visão de longo prazo. “Ao longo do tempo fomos diminuindo a visão do longo prazo, desenvolvendo trabalhos para os problemas que foram aparecendo e perdendo essa perspectiva de qual é a nossa missão, onde devemos chegar. O mundo mudou e está mudando em velocidade e, por isso, temos que pensar o que será consumido de produtos agropecuários e alimentos em 30 anos e em como a sociedade estará organizada. A grande questão é olhar a longo prazo e trabalhar no presente, respeitando o passado”, afirma.

Conheça o currículo do novo coordenador e diretores:

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta)

Antonio Batista Filho possui graduação em engenharia agrônoma pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq/USP), mesma instituição que recebeu os títulos de mestre e doutor na área de entomologia com especialização em controle biológico de pragas. Iniciou sua carreira como pesquisador científico no Instituto Biológico em 07 de novembro de 1983, local em que também foi chefe da Seção de Controle Biológico das Pragas (1991-1993), chefe da Estação Experimental de Campinas (1994-1998), diretor do Centro Experimental (1998-2003) e diretor-geral (2004-2018).

Com vasta experiência científica em controle biológico de pragas e doenças, é responsável por disciplinas na área em cursos de pós-graduação no Instituto Biológico e na Universidade Estadual Paulista (Unesp-Botucatu). Desde 2007 é membro do Conselho Técnico da Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio). É revisor dos periódicos científicos Summa Phytopathologica, desde 2008, e da Revista Citrus R&T, desde 2010. É consultor “ad hoc” da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Revista Colombiana de Entomologia. Faz parte do Comitê de Consultores da Revista Ciência Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (Ufsm), no Rio Grande do Sul. Seus trabalhos científicos e na direção do Instituto Biológico lhe renderam quatro prêmios e homenagens.

Instituto Agrônomo (IAC)

Marcos Antonio Machado foi diretor do Centro de Citricultura “Sylvio Moreira” do IAC de 17 de maio de 2003 a 1º de agosto de 2018, quando se tornou diretor-técnico do Centro de Programação de Pesquisa do IAC. Engenheiro agrônomo formado pela Universidade de Brasília, em 1978, tem mestrado em Fisiologia Vegetal pela Universidade Federal de Viçosa, em 1981, e doutorado em Agronomia, pela Justus Liebig Universität, Giessen, na Alemanha, em 1987. Além das atividades no IAC, coordena o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Genômica Comparativa e Funcional e Melhoramento Assistido de Citros (Inct II), apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. É membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e do Comitê Assessor do CNPq na área de Biotecnologia. Participa como orientador de mestrado e doutorado em cursos de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), nas áreas de genética, biologia molecular e biologia funcional e molecular; e na Universidade Estadual Paulista (Unesp), na área de genética.

Instituto Biológico (IB)

Ana Eugênia de Carvalho Campos é graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com mestrado e doutorado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). É pesquisadora científica do Instituto Biológico desde 1997, local em que ocupou o cargo de diretora-geral substituta (2008-2018) e diretora do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) (2016-2018). É docente do curso de Pós-Graduação em Sanidade, Segurança Alimentar e Ambiental no Agronegócio do IB e é vice-coordenadora do curso de Especialização em Entomologia Urbana (Unesp/Instituto Biológico). Tem experiência no ensino e pesquisa em entomologia urbana e orienta trabalhos com pragas, especialmente formigas.

Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital)

Eloísa Garcia é engenheira de alimentos e mestre em Tecnologia de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tendo em seu currículo diversos cursos complementares no Brasil, nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Japão. É pesquisadora científica do Ital desde 1983, tendo atuado como Gerente Técnico dos Grupos de Embalagens Plásticas e de Meio Ambiente no Centro de Tecnologia de Embalagens (Cetea) de 1995 até 2018, paralelo ao cargo de vice-diretora do Instituto (2014-2019). Na área científica, especializou-se em embalagens plásticas, com vasta experiência em pesquisa e assistência tecnológica nas áreas de desenvolvimento de embalagem, de avaliação do potencial de interação embalagem/produto e sobre legislação de embalagem e segurança de alimentos. Coordenou estudos de Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) de materiais e embalagens e projetos de desenvolvimento de produtos com menor impacto ambiental.

Instituto de Pesca (IP)

Vander Bruno dos Santos é graduado em zootecnia pela Universidade Federal de Lavras (Ufla), com especialização em questão ambiental pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-Presidente Prudente), mestrado e doutorado em produção animal pela Ufla e pós-doutorado em biologia celular e estrutural pela Unesp-Botucatu. Foi assistente de Ação Regional do Instituto de Pesca (2015-2019). Tem experiência científica na área de zootecnia, com ênfase em piscicultura, atuando em resíduos agrícolas, crescimento animal, crescimento compensatório, crescimento tecidual, fibras musculares, adipócitos, tilápia, pacu, piracanjuba, morfometria, alometria, composição química e expressão de fatores regulatórios miogênicos.

Instituto de Zootecnia (IZ)

Luiz Marques da Silva Ayroza é graduado em Zootecnia pela Universidade Federal de Lavras (1985). Doutor em Aquicultura pela Universidade Estadual Paulista, (Unesp-Jaboticabal) (2009). É pesquisador científico da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta) desde 1987. Tem experiência na área de aquicultura, com ênfase em sistemas de produção de peixes de água doce, desenvolvendo trabalhos principalmente com os seguintes temas: piscicultura, sistema de criação de tilápias em tanques-rede e viveiros escavados.

Foi diretor-geral do Instituto de Pesca (IP-Apta) de outubro de 2015 a janeiro de 2019. Atualmente, é presidente da Comissão Técnica de Agronegócios do Gabinete da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. É membro do Conselho Regional de Medicina Veterinária e Zootecnia (Crmv/Z) e atua como consultor técnico na elaboração de projetos de criação e de regularização e licenciamento ambiental de aquicultura.

topo ↕

PORTAL BDO - TEMPO REAL

APTA e cinco Institutos de pesquisa têm novos diretores

Antonio Batista Filho, novo coordenador da APTA, é especialista em controle biológico de pragas

A Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e cinco de seus seis Institutos de pesquisa têm novos diretores. Antonio Batista Filho foi nomeado como coordenador da APTA pelo secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Gustavo Junqueira. Batista Filho assumiu a nova função no lugar de Orlando Melo de Castro, que esteve à frente da coordenadoria desde 2008. A diretoria-geral do

Instituto Agrônomo (IAC-APTA) foi assumida por Marcos Antonio Machado, no Instituto Biológico (IB-APTA) por Ana Eugênia de Carvalho Campos, no Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL-APTA) por Eloísa Garcia, no Instituto de Pesca (IP-APTA) por Vander Bruno dos Santos e no Instituto de Zootecnia (IZ-APTA) por Luiz Marques da Silva Ayroza.

Segundo o novo coordenador, que até então era diretor-geral do IB, a orientação é que a APTA e suas unidades de pesquisa trabalhem de forma integrada com os demais órgãos da Secretaria de Agricultura, como a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) e Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro).

“Atuaremos de forma integrada com todos os órgãos da Secretaria a fim de promover a inovação no campo. Vamos também trabalhar para adequar as linhas de pesquisa dos Institutos e APTA Regional, priorizando aquilo que é estratégico para o agronegócio paulista”, afirma Batista Filho.

De acordo com Junqueira, a ideia é ter uma integração total e engajamento dos institutos com as demais áreas de atuação da Secretaria de Agricultura, utilizando a experiência e a inteligência de cada um para construir um desenvolvimento rural sustentado. O secretário de Agricultura defende que seja feito um planejamento para que os Institutos de pesquisa tenham uma visão de longo prazo. “Ao longo do tempo fomos diminuindo a visão do longo prazo, desenvolvendo trabalhos para os problemas que foram aparecendo e perdendo essa perspectiva de qual é a nossa missão, onde devemos chegar. O mundo mudou e está mudando em velocidade e, por isso, temos que pensar o que será consumido de produtos agropecuários e alimentos em 30 anos e em como a sociedade estará organizada. A grande questão é olhar a longo prazo e trabalhar no presente, respeitando o passado”, afirma.

Conheça o currículo do novo coordenador e diretores:

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA)

Antonio Batista Filho possui graduação em engenharia agrônoma pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq/USP), mesma instituição em que recebeu os títulos de mestre e doutor na área de entomologia com especialização em controle biológico de pragas. Iniciou sua carreira como pesquisador científico no Instituto Biológico em 07 de novembro de 1983, local em que também foi chefe da Seção de Controle Biológico das Pragas (1991-1993), chefe da Estação Experimental de Campinas (1994-1998), diretor do Centro Experimental (1998-2003) e diretor-geral (2004-2018).

Com vasta experiência científica em controle biológico de pragas e doenças, é responsável por disciplinas na área em cursos de pós-graduação no Instituto Biológico e na Universidade Estadual Paulista (Unesp-Botucatu). Desde 2007 é membro do Conselho Técnico da Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio). É revisor dos periódicos científicos Summa Phytopathologica, desde 2008, e da Revista Citrus R&T, desde 2010. É consultor “ad hoc” da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Revista Colombiana de Entomologia. Faz parte do Comitê de Consultores da Revista Ciência Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul. Seus trabalhos científicos e na direção

do Instituto Biológico lhe renderam quatro prêmios e homenagens.

Instituto Agrônômico (IAC)

Marcos Antonio Machado foi diretor do Centro de Citricultura “Sylvio Moreira” do IAC de 17 de maio de 2003 a 1º de agosto de 2018, quando se tornou diretor-técnico do Centro de Programação de Pesquisa do IAC. Engenheiro agrônomo formado pela Universidade de Brasília, em 1978, tem mestrado em Fisiologia Vegetal pela Universidade Federal de Viçosa, em 1981, e doutorado em Agronomia, pela Justus Liebig Universitat, Giessen, na Alemanha, em 1987. Além das atividades no IAC, coordena o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Genômica Comparativa e Funcional e Melhoramento Assistido de Citros (INCT II), apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. É membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e do Comitê Assessor do CNPq na área de Biotecnologia. Participa como orientador de mestrado e doutorado em cursos de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), nas áreas de genética, biologia molecular e biologia funcional e molecular; e na Universidade Estadual Paulista (Unesp), na área de genética.

Instituto Biológico (IB)

Ana Eugênia de Carvalho Campos é graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com mestrado e doutorado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). É pesquisadora científica do Instituto Biológico desde 1997, local em que ocupou o cargo de diretora-geral substituta (2008-2018) e diretora do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) (2016-2018). É docente do curso de Pós-Graduação em Sanidade, Segurança Alimentar e Ambiental no Agronegócio do IB e é vice-coordenadora do curso de Especialização em Entomologia Urbana (Unesp/Instituto Biológico). Tem experiência no ensino e pesquisa em entomologia urbana e orienta trabalhos com pragas, especialmente formigas.

Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL)

Eloísa Garcia é engenheira de alimentos e mestre em Tecnologia de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tendo em seu currículo diversos cursos complementares no Brasil, nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Japão. É pesquisadora científica do ITAL desde 1983, tendo atuado como Gerente Técnico dos Grupos de Embalagens Plásticas e de Meio Ambiente no Centro de Tecnologia de Embalagens (CETEA) de 1995 até 2018, paralelo ao cargo de vice-diretora do Instituto (2014-2019). Na área científica, especializou-se em embalagens plásticas, com vasta experiência em pesquisa e assistência tecnológica nas áreas de desenvolvimento de embalagem, de avaliação do potencial de interação embalagem/produto e sobre legislação de embalagem e segurança de alimentos. Coordenou estudos de Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) de materiais e embalagens e projetos de desenvolvimento de produtos com menor impacto ambiental.

Instituto de Pesca (IP)

Vander Bruno dos Santos é graduado em zootecnia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), com especialização em questão ambiental pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-Presidente Prudente), mestrado e doutorado em produção animal pela UFLA e pós-doutorado em biologia celular e estrutural pela Unesp-Botucatu. Foi assistente de

Ação Regional do Instituto de Pesca (2015-2019). Tem experiência científica na área de zootecnia, com ênfase em piscicultura, atuando em resíduos agrícolas, crescimento animal, crescimento compensatório, crescimento tecidual, fibras musculares, adipócitos, tilápia, pacu, piracanjuba, morfometria, alometria, composição química e expressão de fatores regulatórios miogênicos.

Instituto de Zootecnia (IZ)

Luiz Marques da Silva Ayroza é graduado em Zootecnia pela Universidade Federal de Lavras (1985). Doutor em Aquicultura pela Universidade Estadual Paulista, (Unesp-Jaboticabal) (2009). É pesquisador científico da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) desde 1987. Tem experiência na área de aquicultura, com ênfase em sistemas de produção de peixes de água doce, desenvolvendo trabalhos principalmente com os seguintes temas: piscicultura, sistema de criação de tilápias em tanques-rede e viveiros escavados. Foi diretor-geral do Instituto de Pesca (IP-APTA) de outubro de 2015 a janeiro de 2019. Atualmente, é presidente da Comissão Técnica de Agronegócios do Gabinete da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. É membro do Conselho Regional de Medicina Veterinária e Zootecnia (CRMV/Z) e atua como consultor técnico na elaboração de projetos de criação e de regularização e licenciamento ambiental de aquicultura.

topo ↕

TRIBUNA DA BAHIA - BA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Anísio Teixeira, o educador que muito fez pela educação

Uma figura emblemática que, além de fazer muito pelo ensino no Brasil, também possibilitou melhorias na educação do povo baiano ao ampliar o sistema educacional, privilegiando a formação de professores

Natural de Caetité, no interior da Bahia, Anísio Teixeira (1900-1971) foi, sem sombra de dúvidas, o principal idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira. Uma figura emblemática que, além de fazer muito pelo ensino no Brasil, também possibilitou melhorias na educação do povo baiano ao ampliar o sistema educacional, privilegiando a formação de professores.

No século XX, em meio a um cenário de desigualdades educacionais e de discriminações, Anísio Teixeira desempenhou o papel de conscientizar os administradores públicos pelos direitos dos menos favorecidos, bem como a melhorar o ensino para todos os cidadãos.

A ele e ao seu pioneirismo que se deve a implantação de diversas escolas públicas em todo território nacional, como bem lembra o escritor Robison Sá, em seu artigo "A influência de Anísio Teixeira na Educação Brasileira". Entre as décadas de 1920 e 1930, Anísio também foi responsável por difundir os pressupostos do movimento Escola Nova, visando contribuir para o desenvolvimento do intelecto e a capacidade de julgamento, sobretudo no que diz respeito à memorização.

“Para Teixeira, como a sociedade encontrava-se transformada num novo paradigma, com novas exigências e necessidades, seria necessário, também, até mesmo como reflexo da demanda desse novo modelo de sociedade, um novo paradigma de homem. Esse novo indivíduo deveria estar preparado para os desafios advindos desse novo cenário e a educação seria o meio de proporcionar-lhe essa preparação”, escreveu Robison Sá.

Anísio foi um dos mais destacados signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, defendendo o ensino público, gratuito, laico e obrigatório. Foi também ele que fundou a Universidade do Distrito Federal, em 1935, hoje transformada em Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Pedagogo implementou na Bahia o sistema educacional de outros países. De Caetité para o mundo, o baiano, em 1924, assumiu o cargo de Inspetor Geral de Ensino (cargo hoje equivalente ao de secretário da Educação), quando iniciou sua carreira de pedagogo e administrador público, a pedido do então governador da Bahia, Góes Calmon.

Para melhor desempenhar esta função, viajou para a Europa, onde observou o sistema educacional de diversos países — implementando em seguida várias reformas no ensino do estado. Em sua terra natal, reinaugurou a Escola Normal, que havia sido fechada por Severino Vieira em 1901.

É lá em Caetité que se mantém a Fundação Anísio Teixeira, presidida por sua filha Anna Cristina Teixeira Monteiro de Barros, com apoio governamental (Estado e Município) e da iniciativa privada; além da Casa Anísio Teixeira, com biblioteca, museu, cine-teatro e biblioteca móvel. A instituição leva conhecimento e mantém viva a memória do grande educador brasileiro.

Em Salvador, criou a Escola Parque (hoje Centro Educacional Carneiro Ribeiro), em Salvador, que se tornou um centro pioneiro de educação integral.

Nos anos 1950, dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), que, governo de Fernando Henrique Cardoso, passou a se chamar Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Foi também o criador e primeiro dirigente da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES), criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, assinado presidente Getúlio Vargas. Anísio Teixeira dirigiu a entidade até o golpe de 1964.

"Escrevi um livro sobre as 50 personalidades marcantes do Brasil. Entre elas, incluí o nome do baiano Anísio Teixeira, pela sua importância na educação, na construção da maturidade, prosperidade e da felicidade dos povos. Conclui que o papel que ele desempenhou em favor da educação brasileira é de tamanho relevo que gente como Monteiro Lobato e Jorge Amado - e tantos outros intelectuais - exaltaram a sua inteligência. Dos cinco mais importantes brasileiros de todos os tempos, certamente Anísio Teixeira seria um deles", disse em entrevista à Tribuna o presidente da Academia de Letras da Bahia, Joaci Góes.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Estudante do interior do RJ fica em 13º lugar na Olimpíada Brasileira de Matemática e se prepara para etapa internacional

Pedro de Oliveira Lack, de 14 anos, estuda em Nova Friburgo, na Região Serrana, e disputou com alunos de 8º e 9º anos do ensino fundamental de todo o país.

Pedro de Oliveira Lack, de 14 anos, é o único estudante do interior do Rio a ganhar medalha de prata nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática (OBM), que ocorreram no

ano passado. O estudante de uma escola particular de Nova Friburgo, na Região Serrana, ficou em 13º lugar entre alunos do 8º e 9º anos do ensino fundamental.

Ao todo, 1.500 estudantes participaram da OBM 2018, em diferentes níveis, e 77 foram premiados na categoria em que Pedro concorreu. A premiação aconteceu em dezembro (veja abaixo a lista de premiados). Atualmente, ele está se preparando para a Olimpíada Internacional de Matemática (IOM).

"Eu sempre gostei de matemática, mas eu passei a estudar mais quando descobri a OBMEP no ano retrasado. Antes, eu gostava, mas não sabia se queria seguir profissão nessa área. Agora, eu tenho certeza", contou o adolescente, afirmando que quer cursar matemática, além de mestrado e doutorado em Teoria dos Números.

Para chegar à prova internacional, Pedro passou pela Semana Olímpica, entre os dias 22 e 26 deste mês, em Anápolis (GO). Durante este período, ele já fez uma seletiva e outras duas provas serão realizadas em fevereiro e março, até chegar ao mundial.

O estudante disse que não tem uma rotina específica de estudos.

"Eu brinco dizendo que eu estudo na hora que eu quero. Mas, a minha sorte é que eu sempre quero estudar. Eu estudo muito, bastante. Eu diria que uma 5 horas por dia. Se deixarem, eu estudo sábado, domingo, feriado", explicou.

Raphael Lack, pai do adolescente, explicou que a facilidade para a matemática foi algo que surgiu naturalmente.

"A gente sempre incentivou o Pedro a estudar, de maneira geral. Essa questão da matemática, ele sempre foi muito bom. Mas foi depois da OBMEP que ele passou a se interessar mais", explicou.

O pai disse também que o filho nunca fez nenhum tipo de curso preparatório e que os estudos acontecem em casa.

Sobre a OBM

Criada em 1979, a Olimpíada Brasileira de Matemática é uma iniciativa do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa), em parceria com a Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), e conta atualmente com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ/MCTI).

O objetivo é interferir na melhoria do ensino de matemática no país, estimulando alunos e professores, além de descobrir jovens com talento matemático excepcional e colocá-los em contato com matemáticos profissionais e instituições de pesquisa de alto nível, propiciando condições favoráveis para a formação e o desenvolvimento de uma carreira de pesquisa.

Em 2017, a OBM passou a ser integrada juntamente com a OBMEP (Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas).

A OBMEP, até então, contemplava apenas os alunos da rede pública mas, com a

integração, passou a contar também com a participação de alunos de escolas particulares.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Governo diz que primeira MP sobre ensino domiciliar está pronta

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos comunicou, na manhã de hoje (29), que redigiu uma primeira versão da medida provisória que irá regulamentar o ensino domiciliar no país. Em nota, o ministério explica que os detalhes do normativo deverão ser divulgados somente quando o texto for finalizado, já que poderá sofrer alterações na Casa Civil e no Congresso Nacional.

A ministra titular da pasta, Damares Alves, destacou que, embora o assunto pertença ao campo da educação, "é uma demanda de família", devendo ser, portanto, sugerido pelo ministério que comanda. "Nós entendemos que é direito dos pais decidir sobre a educação dos seus filhos, é uma questão de direitos humanos. Então, a iniciativa sai deste ministério sob esta vertente. É uma questão de direitos humanos também. E nós somos signatários do Pacto de San José da Costa Rica que garante isso às famílias", afirmou, segundo a assessoria de imprensa.

Suprema Corte

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu não reconhecer o ensino domiciliar de crianças. Para a Corte, a Constituição prevê apenas o modelo de ensino público ou privado, cuja matrícula é obrigatória, e não há lei que autorize a medida.

Segundo a fundamentação adotada pela maioria dos ministros, o pedido formulado no recurso, que discutia a possibilidade de o ensino domiciliar ser considerado lícito, não pode ser acolhido, uma vez que não há legislação que regule preceitos e regras aplicáveis a essa modalidade de ensino.

Durante a discussão no STF, no ano passado, a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da República manifestaram-se contrárias ao homeschooling. A PGR entendeu que "a utilização de instrumentos e métodos de ensino domiciliar para crianças e adolescentes em idade escolar, em substituição à educação em estabelecimentos escolares, por opção dos pais ou responsáveis não encontra fundamento próprio na Constituição Federal".

Medidas prioritárias

Regulamentar o direito à educação domiciliar, conhecido como homeschooling, está entre as 35 metas prioritárias dos 100 primeiros dias do governo Jair Bolsonaro.

A demanda por regulamentação do ensino domiciliar foi levada ao governo pela Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned). O presidente da associação, Ricardo Dias, diz que procurou o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Segundo ele, a pauta foi bem recebida nos dois ministérios, mas ficou decidido que o segundo seria o responsável por garantir a regulamentação.

"A gente sugeriu uma MP. Fomos ao governo em face da situação que o STF deixou as famílias, em uma espécie de limbo jurídico. Foi uma decisão muito estranha, até um pouco paradoxal. O que o STF disse é que a Constituição não proíbe, mas também não garante. Para garantir, tem que ter lei e se tiver lei, ok", diz.

A entidade participou da construção da medida provisória. Segundo Dias, trata-se de um texto simples, que tem como principal objetivo não impor grandes restrições ao ensino domiciliar, como exigir, por exemplo, formação em pedagogia. Ele estima que mais de 90% dos pais que educam os filhos em casa não têm essa formação.

De acordo com o presidente da Aned, o texto sugerido deve garantir às crianças que estudam em casa os mesmos direitos das demais, como carteira de estudante e direito de pagar meia-entrada em atrações culturais. Além disso, deve prever um registro nacional das famílias que optem por essa modalidade de educação.

"Somos a favor de que haja algum tipo de registro. Isso é importante, até para não sermos confundidos com evasão escolar", afirma Dias acrescentando que isso ajudaria na fiscalização por parte do governo.

O último levantamento da Aned, de 2018, mostra que 7,5 mil famílias educam os filhos em casa - número que representa mais que o dobro das 3,2 mil famílias identificadas em 2016. A estimativa é que 15 mil crianças recebam educação domiciliar. A estimativa do governo é que 31 mil famílias são adeptas da modalidade.

Regulamentação

Caso a medida provisória seja aprovada, o ensino domiciliar terá que ser regulamentado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Em 2000, o conselho emitiu um parecer orientando que crianças e adolescentes sejam matriculados em escolas devidamente autorizadas. O CNE também entende que a legislação vigente enfatiza "a importância da troca de experiências, do exercício da tolerância recíproca, não sob o controle dos pais mas no convívio das salas de aula, dos corredores escolares, dos espaços de recreio, nas excursões em grupo fora da escola, na organização de atividades esportivas, literárias ou de sociabilidade, que demandam mais que os irmãos apenas, para que reproduzam a sociedade, onde a cidadania será exercida".

Procurado pela Agência Brasil, o CNE diz que este é o último posicionamento do colegiado que ainda não teve acesso ao texto da medida provisória. A questão está na pauta do CNE, que realizou, no ano passado, seminários e reuniões sobre o assunto.

DIÁRIO DO AMAPÁ - AP - CIDADES

Acadêmicos de pós-graduação recebem bolsas para desenvolver pesquisas no Amapá

A concessão das bolsas faz parte de um acordo de cooperação técnica e acadêmica, firmado entre a Fundação e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e terá investimento total de R\$ 1 milhão.

Dezenove acadêmicos matriculados em cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado assinaram na Universidade Federal do Amapá (Unifap), os Termos de Outorga para a concessão de bolsas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá (Fapeap), vinculada à Secretaria da Ciência e Tecnologia (Setec).

A solenidade foi prestigiada pelos bolsistas, professores e pesquisadores vinculados às propostas aprovadas; chefe-geral da Embrapa Amapá, Nagib Melém; secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Rafael Pontes; reitora da Universidade do Estado do Amapá (Ueap), Kátia Paulino dos Santos; Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Amapá (Unifap), Amanda Alves Fecury. "Com muita

satisfação participamos de mais um evento como este, promovido pela Fapeap, o que demonstra a importância da Fundação em subsidiar a pesquisa no Amapá, viabilizando cotas de bolsas para projetos que venham a ser desenvolvidos no Amapá”, afirmou o chefe-geral da Embrapa Amapá.

A diretora-presidente da Fapeap, Mary Guedes, enfatizou na ocasião a diretriz do órgão de consolidar parcerias – com segmentos do setor público e privado – a fim de viabilizar o avanço da estruturação da pesquisa científica no estado do Amapá. Foram selecionados estudantes dos cursos reconhecidos pela **Capes**, de Instituição de Ensino Superior (IES) sediada no Amapá, ou de IES de outros estados do Brasil, que estabeleçam Acordo de Cooperação Técnica com a Fapeap. “Selecionamos estudantes de diversas áreas específicas de conhecimento, que deverão desenvolver seus projetos prioritariamente dentro do Estado do Amapá”, explicou a diretora-presidente da Fundação, Mary Guedes.

Estão sendo ofertadas nove bolsas para estudantes de pós-doutorado no valor de R\$ 4,1 mil; quatro bolsas para estudantes de doutorado no valor de R\$ 2,2 mil e seis bolsas para estudantes de mestrado no valor de R\$ 1,5 mil. O benefício terá duração proporcional ao período da especialização.

Parceria

Essa é a quarta chamada pública realizada através do acordo, celebrado em 2015, entre a **Capes** e a Fapeap, para o fortalecimento de programas de pós-graduação stricto sensu em Instituições Públicas de Ensino Superior do Amapá. A chamada inclui desde a concessão de cotas de bolsas, em diversos níveis, ao apoio à infraestrutura dos programas de pós-graduação. O objetivo é reforçar e ampliar a formação de recursos humanos altamente qualificados no estado.

topo ↕

DIÁRIO DO AMAPÁ - AP - ARTIGOS

A geração de pais educadores

A concepção de um pai exclusivamente provedor, que trabalha e provê a família de bens materiais e condições financeiras necessárias para mantê-la, e que representava o modelo familiar bem sucedido tempos atrás, está sendo totalmente transformada. A maior riqueza paterna esperada hoje no lar é sua atuação mais presente no relacionamento com os filhos.

É fundamental que os pais dessa geração revejam o modo como levam a vida junto com seus filhos, percebendo seu relevante papel na formação deles. A ideia de que a educação era responsabilidade da mãe eximia um pouco o pai desse essencial trabalho educacional.

De fato, felizmente essa mudança tem acontecido. Hoje, os pais estão mais presentes. Eles dividem as tarefas com as mães, participando do banho, do preparo da comida e de outras tantas atividades com os filhos desde os primeiros dias de vida. Estão muito mais presentes na vida da criança.

Essa aproximação entre pai e filhos é extremamente positiva. Ao relacionar-se com o pai intensamente, como acontece com a mãe, a criança cresce percebendo as diferenças de atuação entre os dois. Essa possibilidade torna o pai parte ativa do processo de desenvolvimento e formação dos filhos.

Para entender tamanha importância, é preciso destacar que no processo de formação e de educação, cada criança aprende com um modelo, vendo exemplos, repetindo e experimentando comportamentos e ações. Por essa razão, é essencial que desde os primeiros dias de vida, a criança conviva com vários modelos, onde ela pode autoconhecer-se por essas repetições e experimentações. É a chamada pluralidade, que entra no processo de formação com seu papel transformador.

Sob o aspecto do espelho e da repetição de diferentes modelos, vale também ressaltar a importância da convivência das crianças com outros adultos. Claro, sempre tendo como referência seus pais, mas o convívio com tios, avôs e pessoas com modelos diferenciados, mas com valores e princípios que regem o comportamento daquela família, é benéfica, possibilitando à criança muito mais condições de se desenvolver, vendo atuações diferentes perante as mesmas situações, o que lhe garante riqueza de vivência.

Há ainda outro ponto que destaca a importância da presença e participação paterna, que pode ser representada não apenas pelo pai biológico, mas por um avô ou por um padrasto, por exemplo. No decorrer do desenvolvimento da criança, há momentos em que ela se aproxima mais da mãe, há momentos em que se aproxima mais do pai. Haverá assuntos que se sentirá mais confortável para falar mais com um do que com outro, assim como tipos de brincadeiras, e toda essa circulação é muito rica para a formação da criança.

Seja por necessidade, uma vez que a mãe também tem sua jornada de trabalho, seja por percepção sobre a sua participação, é bom saber que essa geração de pais está mais atenta ao seu papel na formação de seus filhos. Essa presença constante traduz-se em crianças mais felizes, mais confiantes, mais seguras e prontas para o pleno desenvolvimento. Tudo isso, sem deixar de citar, evidentemente, a satisfação e felicidade do pai em ter seus filhos bem próximos não apenas no Dia dos Pais, mas todos os dias.

topo 

J. DO COMMERCIO - PE - OPINIÃO

Educação: regredir ainda mais?

Afora infraestrutura, burocracia, governança e outros elementos que afetam a produtividade de uma economia – educação é, obviamente, fator-chave. A economia brasileira sofre de lento crescimento da produtividade, ao longo de décadas. Isso significa que, depois de o País – há um quarto de século – implementar a moeda Real e mantê-la viva, a nação ainda não logra se beneficiar melhor do novo padrão inflacionário. Crescimento sustentável ainda é miragem; elevação da produtividade, idem. É nesse contexto que o país exibe os seguintes indicadores de educação.

a) O PISA 2015 (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), aplicado (a cada três anos) em diversas nações, mostra que, no Brasil, de 2009 a 2015, a média de proficiência de nossos estudantes de 15 anos, que concluíram o Ensino Fundamental, perdeu 11 pontos em Matemática, 4 pontos em Ciências e 5 pontos em Leitura. Em 2015, a média de proficiência dos 10% de nossos estudantes com maior média, é igual à média daqueles que pertencem ao grupo dos 10% com menor média na Coreia do Sul ou no Vietnã.

b) **Evasão de alunos nas instituições de ensino superior é algo assustador.** Apenas 22% dos alunos de universidades federais, que se matricularam no primeiro ano, em 2010, alcançaram formatura em 2014.

c) Resultados de pesquisa direta do Instituto Paulo Montenegro, em 2015, via entrevista em domicílio, com amostra de 2002 pessoas (15 a 64 anos de idade) em todas as regiões do país, utilizando-se escala de proficiência com cinco níveis (analfabeto, rudimentar, elementar, intermediário, proficiente). 27% dos pesquisados em condição de analfabetismo funcional (analfabeto + rudimentar), e apenas 8% em nível de proficiência. Entre as 331 pessoas com ensino superior ou mais de escolaridade, meros 22% eram proficientes, o restante distribuído entre os níveis intermediário, elementar e rudimentar.

Chocante e inacreditável. Real, infelizmente. Ocorre que os gastos do governo federal com educação em todos os níveis, de 2008 a 2014 (valores reais a preços de 2017), evoluíram de R\$ 61 bilhões no primeiro ano para R\$ 131 bilhões em 2014, mais que o dobro. Choque descomunal, diante dos resultados obtidos na Era do PT. E o presente governo oferece ao país um conservador e ultrapassado Ministro da Educação, com o dirigente do INEP tendo dificuldade de falar claro e com altivez, e cometendo o plural “cidadões”? Alguém, com poder de influência, precisa dizer ao Presidente que, com o que está sendo oferecido (incluídas a excrescência da “escola sem partido” e a militarização da educação), o país estará a caminho de tragédia ainda maior. Seria estendida a trajetória “poço sem fundo”.

Tarcisio Araújo é professor do Departamento de Economia da UFPE e membro do Movimento Ética e Democracia.

topo ↕

24 HORAS NEWS - TEMPO REAL

Inep vai contratar tradutores de inglês, espanhol e francês

O cadastramento começou nesta segunda (28) e vai até 15 de fevereiro e deve ser feito exclusivamente pela internet

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou nesta segunda-feira (28/1) o edital para contratação de tradutores de inglês, espanhol e francês para a educação.

Os interessados devem ter graduação em tradução ou bacharelado em Letras (inglês, espanhol ou francês) reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Ainda é preciso obter pontuação mínima nos requisitos exigidos no certame, como: formação acadêmica; experiência profissional nos últimos cinco anos; formação complementar nos últimos 10 anos e atuação de produção científica nos últimos cinco anos.

O cadastramento começou nesta segunda (28), e vai até 15 de fevereiro, e deve ser feito exclusivamente pela internet, no Sistema do Banco Nacional de Itens (BNI).

Além das especialidades de graduação exigidas, os participantes devem ter conhecimento em informática para acessar, editar e realizar serviços em plataformas na internet; não fazer parte do quadro de servidores efetivos ou comissionados do MEC, do Inep, da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e

Projetos (Finep).

Outra exigência é não ser proprietário de estabelecimento de ensino privado.

topo ↕

AQUI NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Cachoeiro de Itapemirim terá cursos superiores inéditos e gratuitos

Mantido pela prefeitura, o polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em Cachoeiro de Itapemirim vai ofertar, a partir deste ano, dois cursos superiores inéditos no município: Biblioteconomia e Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho em Secretaria Escolar.

A previsão de abertura de processo seletivo para ambos, que serão gratuitos e ofertados na modalidade a distância (EaD), é a partir de fevereiro. Os editais vão ser publicados no site cachoeiro.es.gov.br/polouab. Já o início das aulas deverá ocorrer em julho.

Viabilizada por meio de parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a graduação em Biblioteconomia (bacharelado) tem por objetivo, segundo a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, suprir a carência de bibliotecários, bem como a necessidade de atender a Lei nº 12.244 (de 24 de maio de 2010), que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino até 2020, com a presença e atuação do profissional bibliotecário em todas as bibliotecas instaladas no país.

Já a graduação em Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho em Secretaria Escolar (tecnólogo) é fruto de parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes).

“O curso de Biblioteconomia, obviamente, vai colaborar para o aumento de pessoas formadas na área, que hoje conta com poucos profissionais, além de ser muito requisitado em concursos públicos. O de Secretaria Escolar, vale ressaltar, também suprirá carências, tanto na educação, quanto na administração”, comenta Joelma Cellin, coordenadora do polo UAB Cachoeiro.

Serão abertos a partir do próximo mês, ainda, processos seletivos para o curso de pós-graduação em Gestão em Saúde (Ufes) e de licenciatura em Letras Português (Ifes).

O polo de apoio presencial da UAB em Cachoeiro está localizado na Cidade Universitária, junto ao Cecapeb, na localidade de Morro Grande. Mais informações: (28) 3521-3938.

topo ↕

FOLHA VITÓRIA - TEMPO REAL

Polo UAB terá dois cursos superiores inéditos em Cachoeiro

Previsão é de que o processo seletivo seja aberto em fevereiro

Redação Folha Vitória

O polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em Cachoeiro de Itapemirim vai ofertar, a partir deste ano, dois cursos superiores inéditos no município: Biblioteconomia e Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho em Secretaria Escolar.

A previsão de abertura de processo seletivo para ambos, que serão gratuitos e ofertados na modalidade a distância (EaD), é a partir de fevereiro. Os editais vão ser publicados

no site cachoeiro.es.gov.br/polouab. Já o início das aulas deverá ocorrer em julho.

Viabilizada por meio de parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a graduação em Biblioteconomia (bacharelado) tem por objetivo, segundo a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, suprir a carência de bibliotecários, bem como a necessidade de atender a Lei nº 12.244 (de 24 de maio de 2010), que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino até 2020, com a presença e atuação do profissional bibliotecário em todas as bibliotecas instaladas no país.

Já a graduação em Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho em Secretaria Escolar (tecnólogo) é fruto de parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes).

Serão abertos a partir do próximo mês, ainda, processos seletivos para o curso de pós-graduação em Gestão em Saúde (Ufes) e de licenciatura em Letras Português (Ifes).

O polo de apoio presencial da UAB em Cachoeiro está localizado na Cidade Universitária, junto ao Cecapecb, na localidade de Morro Grande. Mais informações: (28) 3521-3938.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFPA abre edital para primeira turma de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo

Curso oferece nove vagas direcionadas aos candidatos com Diploma de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo ou em áreas afins.

O Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) abriu edital para seleção da primeira turma do Curso de Doutorado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo. As inscrições serão realizadas no período de 15 a 28 de fevereiro de 2019. O curso vai oferecer nove vagas direcionadas aos candidatos com Diploma de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo ou em áreas afins. A duração do curso será de 48 meses e funcionará em tempo integral.

Aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** no final de 2018, o programa representa um passo fundamental para a consolidação da pesquisa em Arquitetura e Urbanismo na Região Amazônica, pois é o primeiro doutorado na área da Região Norte. Além disso, a aprovação possibilita novas oportunidades de intercâmbio científico com outros países da Pan-Amazônia.

Inscrições

O candidato pode se inscrever por meio de remessa pelos Correios (endereço, CEP, e outros, no edital) ou pessoalmente, no horário das 9h às 12h, na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Cidade Universitária José da Silveira Netto, em Belém, no Prédio do PGITEC sala 20.

Para realizá-la, será necessário apresentar os seguintes documentos: formulário de inscrição, uma foto 3x4 recente, Diploma ou declaração de concluinte de curso de mestrado (original e cópia), Histórico Escolar do mestrado, Curriculum Vitae Lattes (atualizado), RG, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, projeto de tese e comprovação de publicação, conforme o edital.

Seleção

A seleção será feita por professores permanentes do corpo docente do PPGAU. As etapas de avaliação iniciam com a inscrição e a avaliação do projeto de tese, seguidos por entrevista e uma prova de conhecimento em língua estrangeira (inglês, espanhol, francês ou italiano).

Prova – As provas serão realizadas no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), no prédio do PGITEC, nas salas 17 e 18. O candidato deve apresentar o conhecimento em duas línguas estrangeiras, sendo a primeira, obrigatoriamente, o idioma inglês.

Serviço

1ª Turma de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da UFPA, de 15 a 28 de fevereiro, das 9h às 12h. Local: Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Edital completo aqui.

topo ↕

NOTÍCIAS AGRICOLAS - NOTÍCIAS

APTA e cinco Institutos de pesquisa têm novos diretores

Nova gestão quer integrar Institutos com outras unidades da SAA e realizar um planejamento estratégico das pesquisas

A Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e cinco de seus seis Institutos de pesquisa têm novos diretores. Antonio Batista Filho foi nomeado como coordenador da APTA pelo secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Gustavo Junqueira. Batista Filho assumiu a nova função no lugar de Orlando Melo de Castro, que esteve à frente da coordenadoria desde 2008. A diretoria-geral do Instituto Agrônomo (IAC-APTA) foi assumida por Marcos Antonio Machado, no Instituto Biológico (IB-APTA) por Ana Eugênia de Carvalho Campos, no Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL-APTA) por Eloísa Garcia, no Instituto de Pesca (IP-APTA) por Vander Bruno dos Santos e no Instituto de Zootecnia (IZ-APTA) por Luiz Marques da Silva Ayroza.

Segundo o novo coordenador, que até então era diretor-geral do IB, a orientação é que a APTA e suas unidades de pesquisa trabalhem de forma integrada com os demais órgãos da Secretaria de Agricultura, como a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) e Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro).

"Atuaremos de forma integrada com todos os órgãos da Secretaria a fim de promover a inovação no campo. Vamos também trabalhar para adequar as linhas de pesquisa dos Institutos e APTA Regional, priorizando aquilo que é estratégico para o agronegócio paulista", afirma Batista Filho.

De acordo com Junqueira, a ideia é ter uma integração total e engajamento dos institutos com as demais áreas de atuação da Secretaria de Agricultura, utilizando a experiência e a inteligência de cada um para construir um desenvolvimento rural sustentado. O secretário de Agricultura defende que seja feito um planejamento para que os Institutos de pesquisa tenham uma visão de longo prazo. "Ao longo do tempo fomos diminuindo a visão do longo prazo, desenvolvendo trabalhos para os problemas que foram aparecendo e perdendo essa perspectiva de qual é a nossa missão, onde devemos chegar. O mundo mudou e está mudando em velocidade e, por isso, temos que pensar o que será

consumido de produtos agropecuários e alimentos em 30 anos e em como a sociedade estará organizada. A grande questão é olhar a longo prazo e trabalhar no presente, respeitando o passado", afirma.

Conheça o currículo do novo coordenador e diretores.

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA)

Antonio Batista Filho possui graduação em engenharia agrônômica pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq/USP), mesma instituição em que recebeu os títulos de mestre e doutor na área de entomologia com especialização em controle biológico de pragas. Iniciou sua carreira como pesquisador científico no Instituto Biológico em 07 de novembro de 1983, local em que também foi chefe da Seção de Controle Biológico das Pragas (1991-1993), chefe da Estação Experimental de Campinas (1994-1998), diretor do Centro Experimental (1998-2003) e diretor-geral (2004-2018).

Com vasta experiência científica em controle biológico de pragas e doenças, é responsável por disciplinas na área em cursos de pós-graduação no Instituto Biológico e na Universidade Estadual Paulista (Unesp-Botucatu). Desde 2007 é membro do Conselho Técnico da Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio). É revisor dos periódicos científicos *Summa Phytopathologica*, desde 2008, e da *Revista Citrus R&T*, desde 2010. É consultor "ad hoc" da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da *Revista Colombiana de Entomologia*. Faz parte do Comitê de Consultores da *Revista Ciência Rural*, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul. Seus trabalhos científicos e na direção do Instituto Biológico lhe renderam quatro prêmios e homenagens.

Instituto Agrônômico (IAC)

Marcos Antonio Machado foi diretor do Centro de Citricultura "Sylvio Moreira" do IAC de 17 de maio de 2003 a 1º de agosto de 2018, quando se tornou diretor-técnico do Centro de Programação de Pesquisa do IAC. Engenheiro agrônomo formado pela Universidade de Brasília, em 1978, tem mestrado em Fisiologia Vegetal pela Universidade Federal de Viçosa, em 1981, e doutorado em Agronomia, pela Justus Liebig Universität, Giessen, na Alemanha, em 1987. Além das atividades no IAC, coordena o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Genômica Comparativa e Funcional e Melhoramento Assistido de Citros (INCT II), apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. É membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e do Comitê Assessor do CNPq na área de Biotecnologia. Participa como orientador de mestrado e doutorado em cursos de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), nas áreas de genética, biologia molecular e biologia funcional e molecular; e na Universidade Estadual Paulista (Unesp), na área de genética.

Instituto Biológico (IB)

Ana Eugênia de Carvalho Campos é graduada em Ciências Biológicas pela

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com mestrado e doutorado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). É pesquisadora científica do Instituto Biológico desde 1997, local em que ocupou o cargo de diretora-geral substituta (2008-2018) e diretora do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) (2016-2018). É docente do curso de Pós-Graduação em Sanidade, Segurança Alimentar e Ambiental no Agronegócio do IB e é vice-coordenadora do curso de Especialização em Entomologia Urbana (Unesp/Instituto Biológico). Tem experiência no ensino e pesquisa em entomologia urbana e orienta trabalhos com pragas, especialmente formigas.

Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL)

Eloísa Garcia é engenheira de alimentos e mestre em Tecnologia de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tendo em seu currículo diversos cursos complementares no Brasil, nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Japão. É pesquisadora científica do ITAL desde 1983, tendo atuado como Gerente Técnico dos Grupos de Embalagens Plásticas e de Meio Ambiente no Centro de Tecnologia de Embalagens (CETEA) de 1995 até 2018, paralelo ao cargo de vice-diretora do Instituto (2014-2019). Na área científica, especializou-se em embalagens plásticas, com vasta experiência em pesquisa e assistência tecnológica nas áreas de desenvolvimento de embalagem, de avaliação do potencial de interação embalagem/produto e sobre legislação de embalagem e segurança de alimentos. Coordenou estudos de Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) de materiais e embalagens e projetos de desenvolvimento de produtos com menor impacto ambiental.

Instituto de Pesca (IP)

Vander Bruno dos Santos é graduado em zootecnia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), com especialização em questão ambiental pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-Presidente Prudente), mestrado e doutorado em produção animal pela UFLA e pós-doutorado em biologia celular e estrutural pela Unesp-Botucatu. Foi assistente de Ação Regional do Instituto de Pesca (2015-2019). Tem experiência científica na área de zootecnia, com ênfase em piscicultura, atuando em resíduos agrícolas, crescimento animal, crescimento compensatório, crescimento tecidual, fibras musculares, adipócitos, tilápia, pacu, piracanjuba, morfometria, alometria, composição química e expressão de fatores regulatórios miogênicos.

Instituto de Zootecnia (IZ)

Luiz Marques da Silva Ayroza é graduado em Zootecnia pela Universidade Federal de Lavras (1985). Doutor em Aquicultura pela Universidade Estadual Paulista, (Unesp-Jaboticabal) (2009). É pesquisador científico da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) desde 1987. Tem experiência na área de aquicultura, com ênfase em sistemas de produção de peixes de água doce, desenvolvendo trabalhos principalmente com os seguintes temas: piscicultura, sistema de criação de tilápias em tanques-rede e viveiros escavados. Foi diretor-geral do Instituto de Pesca (IP-APTA) de outubro de 2015 a janeiro de 2019. Atualmente, é presidente da Comissão Técnica de Agronegócios do Gabinete da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. É membro do Conselho Regional de Medicina Veterinária e Zootecnia (CRMV/Z) e atua como consultor técnico na elaboração de projetos de criação e de regularização e licenciamento ambiental de aquicultura.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Polo UAB terá dois cursos superiores inéditos em Cachoeiro
Previsão é de que o processo seletivo seja aberto em fevereiro
Folha Vitória

O polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em Cachoeiro de Itapemirim vai ofertar, a partir deste ano, dois cursos superiores inéditos no município: Biblioteconomia e Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho em Secretaria Escolar.

A previsão de abertura de processo seletivo para ambos, que serão gratuitos e ofertados na modalidade a distância (EaD), é a partir de fevereiro. Os editais vão ser publicados no site cachoeiro.es.gov.br/polouab. Já o início das aulas deverá ocorrer em julho.

Viabilizada por meio de parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a graduação em Biblioteconomia (bacharelado) tem por objetivo, segundo a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, suprir a carência de bibliotecários, bem como a necessidade de atender a Lei nº 12.244 (de 24 de maio de 2010), que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino até 2020, com a presença e atuação do profissional bibliotecário em todas as bibliotecas instaladas no país.

Já a graduação em Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho em Secretaria Escolar (tecnólogo) é fruto de parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes).

Serão abertos a partir do próximo mês, ainda, processos seletivos para o curso de pós-graduação em Gestão em Saúde (Ufes) e de licenciatura em Letras Português (Ifes).

O polo de apoio presencial da UAB em Cachoeiro está localizado na Cidade Universitária, junto ao Cecapeb, na localidade de Morro Grande. Mais informações: (28) 3521-3938.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

No Sisu 2019, a nota mínima para passar em medicina sem cotas foi 769,73
Notas de corte subiram na ampla concorrência entre as edições do primeiro semestre de 2018 e 2019. Lista de convocados saiu nesta segunda-feira (28).
Candidatos que não se encaixam nas políticas de cotas e tentaram uma vaga em medicina na edição do primeiro semestre de 2019 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) precisariam somar no mínimo 768,73 pontos para serem aprovados. Os dados são de um levantamento do G1 feito apenas com as notas mínimas dos 88 cursos de medicina oferecidos na modalidade de ampla concorrência e mostram que as notas de corte da carreira subiram em relação ao ano passado.

No total, esses cursos reúnem 2.287 das 4.647 vagas em medicina do Sisu 2019. As demais exigem algum tipo de ação afirmativa.

As notas de corte dos cursos de medicina variaram entre 769,73 e 901,50 pontos na ampla concorrência. A maior nota corresponde, pela segunda vez consecutiva, ao curso oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no campus de

Caicó.

A menor é da Universidade Federal do Semi-Árido (Ufersa), em Mossoró, também no Rio Grande do Norte.

1º lugar em medicina da USP não usou cadernos, só adesivos na parede
23% das disputas no Sisu 2019 têm menos inscritos do que vagas
De acordo com dados divulgados do sistema do Sisu, as quatro notas mais altas podem ser explicadas pelo bônus de até 20%, que é atribuído a candidatos que tenham concluído o ensino fundamental e cursado todo o ensino médio em escolas privadas ou públicas das seguintes microrregiões do estado.

As dez maiores notas de corte
Confira a lista dos 10 cursos de medicina com maiores e menores notas de corte no país. No total, são 88 unidades que oferecem essa graduação por meio do Sisu, uma a mais que o ano passado.

UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - CAMPUS DE CAICÓ: 901,50 (com bônus de 20% pela região)
UFAC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - CAMPUS UNIVERSITÁRIO: 857,68 (com bônus de 15% pela região)
UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - CAMPUS DO AGRESTE CARUARU: 853,09 (com bônus de 10%)
UFAM - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - FACULDADE DE MEDICINA: 807,99 (com bônus de 7% pela região)
USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU: 858,44
UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - CAMPUS CENTRO - REITORIA: 828,36
UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - CIDADE UNIVERSITÁRIA: 822,46
UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA- CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA: 820,67
UNB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO: 819,54
UFMS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS: 817,4
As dez menores notas de corte
UFERSA - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UNIDADE SEDE: 769,73
UNEMAT - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES: 777,76
UFPI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS DE PARNAÍBA: 779,25
UFRR - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - CAMPUS PARICARANA: 779,33
UESPI - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - CAMPUS - TERESINA - PIRAJÁ: 780,86
UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - CAMPUS VITORIA DA CONQUISTA: 781,25
UFMA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - CAMPUS DE

PINHEIRO: 782,28

UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE: 782,34

UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - CAMPUS MARCO ZERO - UNIFAP: 782,66

ESCS - ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - BRASÍLIA-ASA NORTE: 782,73

Calendário do Sisu 1º semestre

As datas da divulgação do resultado e os prazos para matrículas e listas de espera foram mantidos pelo MEC mesmo após a prorrogação do prazo de inscrição. Veja o calendário:

1ª chamada: 28/1

Matrículas da 1ª chamada: 30/1 a 4/2

Inscrição na lista de espera: 28/1 a 4/2

Convocações de outras chamadas: a partir de 7/2

Para este semestre, foram oferecidas 235.561 vagas em 129 instituições públicas de todo o Brasil. Segundo o Ministério da Educação, o sistema recebeu 1.823.871 inscritos e 3.492.751 inscrições, considerando que cada candidato pode se inscrever em até duas opções de curso.

O total equivale a 51% dos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018.

*Colaboraram Leandro Oliveira, Rodrigo Esteves e Rodrigo Viana

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Começa o prazo para participar da lista de espera do Sisu

Os estudantes que não foram aprovados em nenhuma das opções de curso pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) podem, a partir de hoje (29), integrar a lista de espera do programa. O prazo para que isso seja feito vai até o dia 5 de fevereiro.

A adesão pode ser feita na página do Sisu. Os candidatos podem escolher entrar na lista de espera para a primeira ou para a segunda opção de curso feita na hora da inscrição. Os alunos na lista serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro.

A partir desta edição do Sisu, os estudantes que foram selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, aqueles que eram selecionados na segunda podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

O resultado do Sisu está disponível desde ontem (28). Aqueles que foram selecionados devem fazer a matrícula nas instituições de ensino, no período de 30 de janeiro a 4 de fevereiro.

Os estudantes devem ficar atentos aos dias, horários e locais de atendimento definidos por cada instituição em seu edital próprio.

Ao todo, o Sisu oferece, nesta edição, 235.461 vagas em 129 instituições públicas de

todo o país. Puderam se inscrever no programa os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação. Segundo o MEC, mais de 1,8 milhão de candidatos se inscreveram.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sisu tem 1,8 milhão de estudantes inscritos

Cerca da metade dos estudantes que poderiam participar do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) não se inscreveu no programa, de acordo com o Ministério da Educação (MEC). Ao todo, o Sisu registrou 1.823.871 inscritos, o que representa 51% dos cerca de 3,5 milhões de candidatos que preenchiam os critérios para concorrer às vagas em instituições públicas do ensino superior. Para participar do Sisu, era preciso ter feito o Enem 2018 e ter obtido nota acima de 0 na prova de redação.

O número de inscritos deste ano é também o menor desde 2012, quando 1.757.399 candidatos se inscreveram no programa. No ano passado, na primeira edição do ano, o total ficou em 2.117.908. Nos últimos anos, o número de participantes do Enem também apresentou queda. Em 2018, foram 4,1 milhões contra 4,7 milhões em 2017.

Os resultados do Sisu foram divulgados hoje (28) e estão disponíveis na página do programa na internet e pelo aplicativo.

Segundo o MEC, o percentual de participantes dentre os que estavam aptos a se inscrever no programa é "compatível com a média das edições anteriores". A pasta diz ainda que as dificuldades de acesso ao sistema, sobretudo nos primeiros dias de inscrição, não impediram a participação dos estudantes. "A decisão do MEC em prorrogar as inscrições trouxe tranquilidade ao processo, garantindo que todos os candidatos tivessem a oportunidade de fazer a seleção, não havendo prejuízo a nenhum estudante", diz o ministério em nota.

Matrículas

Aqueles que foram selecionados devem fazer a matrícula nas instituições de ensino, no período de 30 de janeiro a 4 de fevereiro. Os estudantes devem ficar atentos aos dias, horários e locais de atendimento definidos por cada instituição em edital próprio.

Quem não foi selecionado pode ainda participar da lista de espera. A adesão pode ser feita na página do Sisu, a partir desta terça-feira (29), até o dia 5 de fevereiro. Esses alunos serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro.

Ao todo, o Sisu oferece, nesta edição, 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país.